CUT BRASIL 30 ANOS

Cadernos de Formação Sindical

Programa sobre Desenvolvimento, Políticas Públicas e Ação Regional – DPPAR

Capacitação de Conselheiros/as da CUT

Cadernos de Formação Sindical

Programa sobre Desenvolvimento, Políticas Públicas e Ação Regional – DPPAR

Capacitação de Conselheiros/as da CUT

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C122

Caderno de formação sindical : Programa sobre Desenvolvimento, Políticas Públicas e Ação Regional - DPPAR / Secretaria Nacional de Formação, Central Única dos Trabalhadores. – São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2013.
88 p.

ISBN 978-85-89210-39-3

1. Desenvolvimento econômico - Brasil. 2. Desenvolvimento social - Brasil. 3. Democracia participativa. 4. Cidadania. 5. Políticas públicas. 6. Sindicatos - Brasil. 7. Direitos dos trabalhadores.

CDU 338.1(81)
CDD 338.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Direção Executiva Nacional – CUT Brasil
Gestão 2012-2015

Presidente
Vagner Freitas de Moraes

Vice-presidenta
Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral
Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta
Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças
Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças
Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais
João Antônio Felício

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais
Artur Henrique da Silva Santos

Secretária de Combate ao Racismo
Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação
Rosane Bertotti

Secretário de Formação
José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação
Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)

Secretário de Juventude
Alfredo Santana Santos Júnior

Secretário de Meio Ambiente
Jasseir Alves Fernandes

Secretária da Mulher Trabalhadora
Rosane Silva

Secretário de Organização
Jacy Afonso de Melo

Secretário-Adjunto de Organização
Valeir Ertle

Secretário de Políticas Sociais
Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretária de Relações do Trabalho
Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho
Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador
Junéia Martins Batista

Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador
Eduardo Guterra

Diretoras e Diretores Executivos

Antônio Lisboa Amâncio do Vale
Daniel Gaio
Elisângela dos Santos Araújo
Jandyra Uehara
Júlio Turra Filho
Rogério Pantoja
Roni Barbosa
Rosana Sousa de Deus
Shakespeare Martins de Jesus
Vítor Carvalho

Conselho Fiscal

Antonio Guntzel
Dulce Rodrigues Sena Mendonça
Manoel Messias Vale

Suplentes

Raimunda Audinete de Araújo
Severino Nascimento (Faustão)
Simone Soares Lopes

Índice

Apresentação 7

1. A consolidação de um Estado democratizado e um novo padrão de desenvolvimento 9

2. Perspectivas para a Ação da CUT na disputa de projetos de Estado e Sociedade 11

3. Desenvolvimento territorial: território e territorialidade 15

3.1 O enfoque territorial nas políticas públicas 16

3.2 O território e a intervenção sindical da CUT 18

4. O Papel dos/as conselheiros/as 21

5. A participação social nos Conselhos e Conferências de Políticas Públicas 25

6. Mapeamento da participação da CUT nos Conselhos Nacionais 30

6.1 A participação da CUT nos Conselhos Nacionais do Sistema S 32

6.2 Diagnóstico da participação institucional nas estaduais da CUT 34

6.3 Questões comuns e desafios para a Ação Sindical da CUT nos Espaços de Representação 61

7. Referências de resoluções da CUT 62

Apresentação

O Programa de Formação sobre Desenvolvimento, Políticas Públicas e Ação Regional – DPPAR, foi concebido como um dos instrumentos potencializadores do processo de disputa por um novo padrão de desenvolvimento econômico e social em curso na sociedade brasileira, no qual a CUT se coloca como protagonista em defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora.

Para a CUT, não haverá desenvolvimento sustentável se o processo de crescimento econômico não estiver em fina sintonia com o processo de consolidação da democracia participativa, de fortalecimento da cidadania e com o Estado desempenhando um papel ativo na indução do desenvolvimento, participação popular e controle social dos investimentos e das políticas públicas.

Por esta razão, referenciada no desafio da construção de uma plataforma de desenvolvimento econômico e social sob a ótica dos trabalhadores/as, é que o 11º CONCUT apontou que a concepção de Estado que defendemos, *"está vinculada a um projeto alternativo de sociedade".* E que em função desta convicção, devemos intensificar o processo de luta evidenciando que defendemos um processo de *"reorganização do Estado brasileiro segundo princípios democráticos, assentada na garantia e na ampliação de direitos - especialmente os do trabalho -, na crítica ao predomínio dos princípios mercantis, para reverter a lógica privatista neoliberal de sucateamento e desmonte do Estado, e na constituição de uma esfera pública cada vez mais estruturada por processos de democracia direta e participativa"* (Resoluções do 11º CONCUT, 2012, p. 17).

Foi a partir dessas premissas orientadoras da ação da CUT para período 2012-2015, que estruturamos o Programa de Formação sobre Desenvolvimento, Políticas Públicas e Ação Regional – DPPAR.

Assim, este caderno tem como objetivo contribuir no processo de capacitação de *agentes do desenvolvimento territorial,* compreendidos como aqueles/as dirigentes e assessores/as sindicais que atuam ou pretendem atuar nos espaços institucionais nos seus diferentes formatos – Conselhos, Comissões e Comitês, Grupos de Trabalho, Câmaras, Fóruns e Conferências – e que têm a tarefa de defender os interesses da classe trabalhadora em tais espaços.

Ao fazermos a opção de tratá-los como *"agentes do desenvolvimento territorial"* estamos partindo da ideia de que os territórios, nas diferentes formas como vêm sendo constituídos e denominados, – territórios da cidadania, territórios de desenvolvimento rural, entre outros – vêm se configurando como um dos principiais palcos de disputa em torno da agenda de desenvolvimento do país, nos quais os/as trabalhadores e trabalhadoras têm que exercer o seu protagonismo.

Portanto, com a edição deste caderno, pretendemos fomentar o debate sobre os temas relacionados com as perspectivas para o desenvolvimento brasileiro, a participação política, o controle social sobre o Estado, o papel dos/as conselheiros/as da CUT nos espaços institucionais e os principais desafios para a ação sindical. Em síntese, contribuir decisivamente no processo de disputa de hegemonia na sociedade brasileira.

Bom trabalho a todos/as!

Vagner Freitas
Presidente

José Celestino Lourenço
Secretário Nacional
de Formação

Admirson Medeiros Ferro
Secretário Nacional Adjunto
de Formação

1. A consolidação de um Estado democratizado e um novo padrão de desenvolvimento[1]

Após oito anos do governo Lula, ainda são evidenciados no Estado o peso e a influência que tem o capital financeiro, núcleo das classes dominantes brasileiras. Nos anos Lula, os bancos continuaram acumulando recordes nas taxas de lucratividade. Apesar de nossa reivindicação pela mudança da política econômica, se mantém a lógica neoliberal dos juros altos, superávit primário e câmbio valorizado, dificultando a implementação de um projeto de desenvolvimento nacional que a CUT defende, inclusive, com uma reforma tributária geral que garanta o controle e a redução, de fato, dos juros.

Uma grande novidade do Governo Dilma Rousseff, porém, é o enfrentamento e redução do poder do capital financeiro e a afirmação quantitativa e qualitativa de um sistema financeiro público em conjunto com um Banco Central republicano, isto é, não subordinado aos bancos privados e voltado para a defesa da moeda, contra a especulação cambial e a agiotagem (juros). A redução dos juros aconteceu em função de política do governo utilizando os bancos públicos, forçando o sistema privado as reduções dos juros, mas também, para a defesa do emprego e da construção do desenvolvimento nacional e de nova regulação internacional sobre os capitais constituem objetivos a serem buscados pela CUT nessa nova conjuntura.

Permanece, ainda, a reprodução de lógicas privatistas da gestão pública, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs), as concessões de aeroportos, as terceirizações e mesmo a privatização da gestão da saúde em governos estaduais e municipais, com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Sociais de Saúde (OSS). Continuaremos combatendo a entrega de áreas da gestão pública às fundações de direito privado e rejeitando propostas como a criação de uma empresa para gerenciar os hospitais universitários.

A CUT deve combater a política de privatização do espaço aéreo brasileiro e dos aeroportos, a desnacionalização da indústria de transporte aéreo e das companhias aéreas, reivindicando uma política para o setor. Queremos uma alternativa construída com o povo brasileiro, democraticamente, que promova o direito à igualdade, que saiba construir novos modos de organizar a vida social contra a mercantilização e o autoritarismo do capital.

A natureza liberal do Estado brasileiro deve ser substituída por outras fundamentações, que permitam a construção de um Estado democrático e igualitário, passo essencial para a sociedade socialista que defendemos. Para a CUT, um país soberano se constrói com serviço público de qualidade, com empresas estatais a serviço do desenvolvimento da nação, com a libertação da dominação imperialista que se exerce através das multinacionais sobre nossos recursos naturais e energéticos, nosso parque industrial e outros setores econômicos.

Compreender que estamos no limiar de um novo período político mais favorável aos/às trabalhadores/as e forças populares implica em novos desafios e tarefas. E significa reafirmar posições históricas de luta por um novo paradigma para as relações de trabalho no Brasil, por meio de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), sob a ótica do trabalho decente, conforme propugnado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), e pela liberdade e autonomia sindical, por meio da ratificação da Convenção 87 da OIT, pois é dever do Estado proteger e incluir os/as trabalhadores/as, tarefas imprescindíveis para um Brasil justo, democrático e igualitário.

1 - Resoluções do 11º CONCUT, 2012, p. 16-17.

Tal compreensão implica não apenas em novas formulações no campo econômico que apontem para muito além do estabelecimento de metas de crescimento, mas também, em novas abordagens sobre o papel do Estado, soberania, democracia e cidadania. O centro de nossa estratégia é organizar a classe trabalhadora para *"construção de um modelo alternativo, democrático e popular com horizontes transitórios para a sociedade socialista"*. É absolutamente estratégico que se constituam bases plenamente democráticas para um projeto de desenvolvimento sustentável.

No processo de construção da Plataforma, desenvolvemos a ideia de que *"para desencadear a construção desse novo paradigma de desenvolvimento com sustentabilidade política, econômica, ambiental e social é necessário um Estado que desempenhe o papel de indutor desse novo modelo e, para isso, é necessária a constituição de esferas públicas, cada vez mais estruturadas por processos de democracia direta e participativa."* Reafirmamos nossa concepção de Estado, que está vinculada a um projeto alternativo de sociedade.

Reafirmamos também nossa defesa de reorganização do Estado Brasileiro segundo princípios democráticos, assentada na garantia e na ampliação de direitos - especialmente os do trabalho -, na crítica ao predomínio dos princípios mercantis, para reverter a lógica privatista neoliberal de sucateamento e desmonte do Estado, e na constituição de uma esfera pública cada vez mais estruturada por processos de democracia direta e participativa.

Lutamos por um Estado forte que, através do investimento público, retire do setor privado a intermediação do acesso aos direitos. Significa substituir o predomínio dos planos privados de saúde e de previdência, bem como a educação privada por um ousado fortalecimento do setor público através do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da Seguridade Social e do Sistema Nacional Articulado de Educação, conforme proposto pelo Plano Nacional de Educação (PNE), e uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST).

Trata-se da luta pela desmercantilização das políticas e dos direitos sociais, fomentando a geração do trabalho decente, de estímulo à produção, ampliando os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Por isso, é desafio implementar um modelo de crescimento sustentado que combine desenvolvimento econômico e social que, de forma sustentável, contribua para a expansão das formas de economia solidária, definir um programa estratégico para a produção agrária brasileira e consolidar um projeto integrado e sistêmico dos direitos dos/as trabalhadores/as.

Para tanto, se faz necessário avançar na construção de outro paradigma econômico, superando o de mercado. É absolutamente estratégico para a soberania popular que a democracia participativa seja a forma de gestão democrática da política econômica. O planejamento democrático, o setor público hegemonicamente fortalecido e a soberania popular constituem uma política econômica da democracia participativa.

Na economia, as diretrizes da revolução democrática devem trabalhar com as noções centrais de planejamento democrático e economia pública. Com o planejamento democrático, procuramos vincular as metas econômicas às escolhas democráticas do povo, seja na garantia de sua soberania econômica, nas prioridades definidas do desenvolvimento, na forma como o investimento e o avanço científico e tecnológico é produzido e apropriado, através da afirmação do princípio da valorização do trabalho que organiza a vida da maioria ou através da garantia da distribuição mais equitativa possível dos bens e serviços produzidos.

2. Perspectivas para a Ação da CUT na Disputa de Projetos de Estado e Sociedade

Na história da CUT, a atuação dos/as conselheiros/as nas políticas públicas resulta de uma combinação da ação no local de trabalho, do exercício da democracia nas entidades sindicais e dos enfrentamentos ao Capital e ao Estado. As reflexões e formulações sobre tal prática transformadora, se manifestam em mudanças nas políticas de governo e de Estado, em todos os níveis e esferas, com impactos diretos na vida de crianças e adolescentes, mulheres, negros/as, pessoas com deficiência, idosos, assalariados/as urbanos e rurais, pescadores e trabalhadores informais, entre outros, resultando em melhor qualidade de vida, garantia de direitos, rumo à emancipação humana.

Se por um lado a Constituição de 1988 propiciou certa abertura às organizações da sociedade para a participação em espaços institucionais - na forma de conselhos, comissões, fóruns etc.-, por outro, a atuação propositiva da CUT deu-se não só em função desta abertura, mas, a partir dos anos 1990, em função da resistência ao projeto neoliberal e à ameaça de retirada de direitos (governos Collor e FHC), o que levou a CUT a lutar e a impulsionar, no espaço da cidadania, ou seja, na relação dos/as cidadãos/ãs com o Estado, um conjunto de ações voltadas à democratização do Estado brasileiro.

A partir do 4º CONCUT, em 1991, a CUT procurou associar a intervenção combinada no local de trabalho à atuação nos espaços institucionais, visando a reorientação do modelo de desenvolvimento. Na prática o *sindicalismo cidadão* era percebido na ampliação das bandeiras de luta do sindicalismo CUT; na busca por influir nos direitos sociais, políticas públicas, economia solidária, geração de trabalho e renda, desenvolvimento regional, desenvolvimento solidário e sustentável (DSS), poder local, entre outros temas, avançando em campos políticos antes não inclusos na agenda prioritária da Central Única dos Trabalhadores.

Desde então a CUT vem fortalecendo a sua estratégia de intervenção propositiva na disputa de projetos de sociedade e de Estado, não como uma mera evolução no tempo, mas sim, como um acúmulo de formulações que vai desembocar na reivindicação de mudanças estruturais de nossa Sociedade e do Estado, sendo que, a intervenção da Central se orienta sempre no sentido da defesa dos direitos históricos e imediatos da classe trabalhadora, tendo como horizonte a construção de uma sociedade justa, solidária e igualitária.

O contexto do reconhecimento jurídico das centrais sindicais só ampliou o desafio da representação institucional, pois conforme expresso no artigo 1º da Lei nº 11.648 em 31 de março de 2008, a central sindical, entidade de representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, terá as seguintes atribuições e prerrogativas:

I - coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas; II - participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.

Além do reconhecimento jurídico das centrais, no período do Governo Lula foram criados 18 novos conselhos nacionais e reformulados 15 que já existiam, - e ampliaram-se as

conferências nacionais[2] de políticas públicas: das 80 conferências realizadas entre 1988 e 2008 (Tabela 1), 55 foram organizadas durante o governo Lula, isso significa que em 7 anos (2003-2009) foram realizadas 68,8% de todas as conferências nacionais ocorridas no Brasil no período de 21 anos (Pogrebinschi, 2010).

Tabela 1. Conferências Nacionais de Políticas Públicas: distribuição por tema, ano de realização e número de ocorrências:

N.	Conferência	Ano	Total
1	Agricultura e Pesca	2003/2006/2009	3
2	Assistência Social	1995/1997/2001/2003/2005/2007/ 2009	7
3	Cidades	2003/2005/2007	3
4	Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	1994/2004	2
5	Comunicação	2009	1
6	Comunidades Brasileiras no Exterior	2008/2009	2
7	Cultura	2005	1
8	Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	2008	1
9	Direitos da Criança e do Adolescente	1997/1999/2002/2003/2005/2007/ 2009	7
10	Direitos da Pessoa com Deficiência	2006/2008	2
11	Direitos da Pessoa Idosa	2006/2009	2
12	Direitos Humanos	1996/1997/1998/1999/2000/2001/ 2002/2003/2004/2006/2008	11
13	Economia Solidária	2006	1
14	Educação Básica	2008	1
15	Educação Escolar Indígena	2009	1
16	Educação Profissional e Tecnológica	2006	1
17	Esporte	2004/2006	2
18	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais	2008	1
19	Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde	1994/2006	2
20	Juventude	2008	1
21	Medicamentos e Assistência Farmacêutica	2003	1
22	Meio Ambiente	2003/2005/2008	3
23	Políticas Públicas para as Mulheres	2004/2007	2
24	Povos Indígenas	2006	1
25	Promoção da Igualdade Racial	2005/2009	2
26	Saúde	1992/1996/2000/2003/2008	5
27	Saúde Ambiental	2009	1
28	Saúde Bucal	1993/2004	2
29	Saúde do Trabalhador	1994/2005	2
30	Saúde Indígena	1993/2001/2005	3
31	Saúde Mental	1992/2001	2
32	Segurança Alimentar e Nutricional	1994/2004/2007	3
33	Segurança Pública	2009	1
	TOTAL		80

(Pogrebinschi, 2010, p.32)

De acordo com Pogrebinschi (2010) durante o exercício da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva ocorreu uma verdadeira explosão na produção legislativa com pertinência temática às resoluções estabelecidas nas conferências nacionais. “De 2003 a 2008, nada menos do que 2233 projetos tiveram tramitação iniciada nas duas Casas do Legislativo, além de 163 PECs apresentadas, 216 leis aprovadas, e 6 emendas constitucionais promulgadas”(2010:52). A dinâmica legislativa tende a ampliar-se, pois conforme informações da Secretaria Geral da Presidência da República, durante o ano de 2013 estão previstas 19 conferências nacionais[3], sendo que quatro serão realizadas pela primeira vez, são elas: 1ª Conferência Nacional de Turismo, 1ª Conferência Nacional de Defesa do Consumidor, 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional e 1ª Conferência Nacional de Previdência Social (www.secretariageral.gov.br).

2 As conferências nacionais consistem em instâncias de deliberação e participação destinadas a prover diretrizes para a formulação de políticas públicas em âmbito federal. São convocadas pelo poder Executivo através de seus ministérios e secretarias, organizadas tematicamente, e contam, em regra, com a participação paritária de representantes do governo e da sociedade civil. As conferências nacionais são em regra precedidas por etapas municipais, estaduais ou regionais, e os resultados agregados das deliberações ocorridas nestes momentos são objeto de deliberação na conferência nacional, da qual participam delegados das etapas anteriores e da qual resulta, em regra, um documento final contendo diretrizes para a formulação de políticas públicas na área objeto da conferência (Pogrebinschi, 2010, p.15)

3 - As Conferências Nacionais em 2013 (previstas) são: 9ª Conferência Nacional de Assistência Social, 6ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, 5ª Conferência Nacional das Cidades, 4ª Conferência Nacional Infanto – Juvenil pelo Meio Ambiente, 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, 4ª Conferência Nacional do Esporte, 4ª Conferência do Meio Ambiente, 4ª Conferência Brasileiro no Mundo, 3ª Conferência Nacional de Cultura, 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública, 2ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, 2ª Conferência Nacional de Educação e 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (www.secretariageral.gov.br).

Além da participação nas conferências nacionais descritas acima, a CUT participa de conselhos, comissões, câmaras, grupos de trabalho, fóruns etc., e integra as comissões organizadoras de várias conferências nacionais. No período mais recente, identificamos que a CUT precisa avançar na organização dos/as representantes e no retorno político dos mesmos sobre as principais pautas e políticas em curso nos espaços institucionais. Para além disto, o desafio de capacitar agentes de desenvolvimento territorial, segue na agenda do próximo período. Neste sentido, a seguir apresentamos um breve texto sobre os principais conceitos da agenda pelo desenvolvimento com foco nas questões do território, territorialidade e exemplos da atuação da CUT em algumas regiões do país.

Bibliografia e Materiais consultados

Conferências Nacionais, Participação Social e Processo Legislativo. Série Pensando o Direito. Nº 27/2010. (Coordenação Acadêmica: Thamy Pogrebinschi).

Gohn, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2011.

Conselhos de políticas públicas na estratégia da CUT. –São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2011.88 p. : il.

Resoluções dos Congresso e Plenárias da CUT – de 1983 a 2012. Material disponível no site da CUT - www.cut.org.br

3. Desenvolvimento territorial: território e territorialidade[4]

A noção de território tem adquirido centralidade na agenda do desenvolvimento do país nos últimos dez anos. Trata-se de uma categoria de formação socioespacial. Na visão de Milton Santos, são os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e extensão da cidadania, configuram o território (Santos, 2010, p.21).

Assim, *"o conceito de "território" refere-se a uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam neste âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos".*(Dallabrida, 2007)[5]

Da formação histórica e socioespacial brasileira foram transmitidas três grandes heranças, como observa Tânia Bacelar (Dieese, 2012, p.117). São elas: a ocupação litorânea (ou costeira), principalmente na região Nordeste; a diversidade ambiental encontrada nos biomas da Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa; e a excessiva concentração econômica na região Sudeste, como resultado do processo de dinamismo industrial, sobretudo, da cidade de São Paulo e de sua região metropolitana, durante o século XX.

Essas heranças do passado e a participação das diversas parcelas do país nas lógicas econômicas, demográficas e políticas contemporâneas, produz-se o verdadeiro mosaico de regiões que hoje constitui a formação socioterritorial brasileira, segundo Milton Santos (op.cit. p. 250). Santos analisa que a dinâmica globalizante – na qual o Brasil está inserido – não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características do tempo atual. Com isso, são acentuadas as diferenças e disparidades, em certa medida, por conta dos novos dinamismos e das outras formas de comando e dominação sobre o território (idem: p. 253).

A relação globalização e território é fator problemático para um país com tantas disparidades e desigualdades, como o Brasil. A fase contemporânea de internacionalização do capital (isto é, a globalização) estimula a homogeneização e a diferenciação dos espaços, considerando-se as vantagens e desvantagens para as operações das empresas hegemônicas em escala global. Para Tânia Bacelar, esse processo está associado à valorização das escalas globais e locais em detrimento da escala nacional do território, "porque foi nela que a luta social conseguiu, ao longo dos séculos, impor regulações ao capitalismo" (Bacelar, 2008). Com efeito, as conquistas trabalhistas e os direitos de cidadania são historicamente consubstanciados no âmbito nacional.

A crítica ao modelo neoliberal de globalização - em forte crise na atualidade - está presente nas formulações das instâncias deliberativas da CUT. Para a Central Única, um país soberano se constrói com serviço público de qualidade, com empresas estatais a serviço

4 - Texto elaborado por Emanoel José Mendonça Sobrinho, Educador da Escola Sindical da CUT no Nordeste com contribuições da SNF/CUT.
5 - Valdir Roque Dallabrida, "A Gestão Social dos Territórios nos Processos de Desenvolvimento Territorial: Uma Aproximação Conceitual", in Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, segundo semestre de 2007.

do desenvolvimento da nação, com a libertação da dominação imperialista que se exerce através das multinacionais sobre nossos recursos naturais e energéticos, nosso parque industrial e outros setores econômicos (Caderno de Resoluções do 11º CONCUT, 2012, p. 16). Portanto, construir uma alternativa ao neoliberalismo, a partir da conquista de um novo paradigma de desenvolvimento com bases sustentáveis, está vinculado à luta por um novo projeto de nação, que deve ter como premissa a noção de territorialidade (idem: p. 24).

A territorialidade deve ser compreendida em várias escalas, desde o local até o global, passando pelo regional e nacional. Superar a visão fragmentária, isolada e exploratória do território é condição importante para entendê-lo como espaço de disputa dos rumos do desenvolvimento, levando-se em conta as identidades socioambientais, culturais, políticas e os processos econômicos (capital e trabalho) que interagem solidária e contraditoriamente nele. Com efeito, o *território* é resultado da indissociabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu *uso*, que inclui a ação humana, isto é, o *trabalho* e a *política*, a partir da historicidade legada (Santos, 2010, p. 247).

Pois, *"face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora da geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. No momento em que se retorna à análise das relações de poder (...) o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto "produzido" pela prática social, e também um produto "consumido", vivido e utilizado como meio, sustendo, portanto, a prática social".* (Becker, 1983, p. 7-8).

3.1 O enfoque territorial nas políticas públicas

As noções de território e de territorialidade foram incorporadas pelo Estado na geração de políticas públicas, sobretudo, a partir de 2003, com o Governo Lula. Rafael Echeverri Perico (2009) aponta como tendência principal as perspectivas transetoriais, transversais e integradoras das políticas e programas governamentais na América Latina, especialmente com o enfoque territorial do desenvolvimento adotado pelo Brasil, nos últimos anos. Essa transição visa superar as abordagens setoriais do desenvolvimento e atribuir centralidade a *identidade*, a *participação* e a *descentralização* na construção de instrumentos para o planejamento e gestão das políticas de desenvolvimento rural.

Desde a Rio 92, tem sido recorrente a preocupação de governos e movimentos sociais com o tema da sustentabilidade, tendo em vista os danos do padrão predatório de consumo produtivo e consumptivo do capitalismo para a preservação e manutenção da vida no planeta. Já nos meados da década 1990, vários movimentos sociais foram responsáveis por difundir experiências formativas e iniciativas concretas de desenvolvimento local, cujo fundamento principal estava nos processos *endógenos* do desenvolvimento, ou seja, no reconhecimento dos limites e potencialidades existentes nos espaços locais, com vistas à construção de ações integradas de sustentabilidade e qualidade de vida dos/as trabalhadores/as na comunidade, no município, na micro ou macrorregião.

Entre esses atores sociais está a CUT, que contribuiu na formulação das bases do Desenvolvimento Rural Sustentável, presente nas cartilhas dos cursos de formação dos dirigentes e militantes sindicais do ramo rural, a partir das experiências concretas de organização e luta pela reforma agrária, convivência com o semiárido, preservação de bacias hidrográficas, geração de trabalho e renda, entre outras.

O enfoque territorial do desenvolvimento é recente na agenda das políticas públicas no Brasil e foi impulsionado em grande parte pela instituição da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A SDT adota a estratégia dos *territórios de identidade* no direcionamento e articulação de políticas públicas visando combater a pobreza rural. Para tanto, essa estratégia tem como foco, em linhas gerais, os espaços territoriais rurais com forte presença da agricultura familiar, municípios com baixos IDH e que possuem algum nível de articulação e pertencimento entre os atores sociais que neles atuam.

O *programa de desenvolvimento sustentável de territórios rurais* (Pronat) atualmente compreende 164 territórios rurais, compostos por 2,5 mil municípios de todas as regiões do Brasil, e conta com a parceria de diversas instituições da sociedade civil e do poder público nas esferas federal, estadual e municipal, segundo informações disponibilizadas pelo MDA.

Os *colegiados territoriais,* constituídos por entidades da sociedade civil e das três esferas do poder público, implementam a proposta de gestão social do Pronat. A gestão social é entendida pela SDT/MDA como processo pelo qual o conjunto de atores sociais de um território se envolve nas consultas às políticas públicas, nas iniciativas de mobilização de agentes e fatores locais, bem como na implementação e avaliação das ações planejadas, passando por etapas de diagnóstico, elaboração de plano, de negociação de políticas e projetos e de compartilhamento de responsabilidades entre poder público e sociedade civil. Trata-se, assim, de um modelo distinto de gestão das políticas, tradicionalmente marcada pela excessiva verticalidade, centralização e por iniciativas exógenas.

A abordagem territorial das políticas públicas tem como principal implicação a construção política e identitária do território. Nessa perspectiva, segundo Perico, o território é compreendido como dimensão política do espaço, ou seja, unidade de gestão política que distingue e atribui existência de certa forma institucionalizada, a exemplo dos colegiados territoriais. Enquanto que a identidade se constitui como elemento central; por assim dizer, ela é a expressão de traços diferenciadores da população pertencente a um espaço (Perico, 2009 e Santos, 2010). Nesse sentido, identidade e pertencimento são fatores dialéticos e dinâmicos do espaço territorial por atribuírem sentido e significado autêntico (ou explicitado) ao seu uso, a partir do trabalho, da cultura e da consciência política dos atores em questão, sem desconsiderar os aspectos ambientais.

Perico utiliza, como modelo desse processo de institucionalização territorial, a construção do território rural Águas Emendadas no Planalto Central. A sua origem está relacionada à formação de Brasília, principal centro urbano desse espaço territorial, que possibilitou o encontro entre trabalhadores migrantes que procuravam terras e ocupação na agricultura e agricultores locais, nos anos 60. Um fator diferencial desse território é a sua abrangência, compreendida em áreas agrárias de três unidades federativas: Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais; e sua identidade está relacionada à agricultura (principalmente agropecuária que representa mais de 70% da atividade agrícola) e ao trabalho de assistência técnica e extensão rural (ATER), desenvolvido por diversos agentes aos agricultores familiares, bem como às bacias hidrográficas que figuram o espaço socioambiental do território.

Evidentemente que a breve menção ao território rural Águas Emendadas (composto por 11 municípios do DF, GO e MG) não dá conta da complexidade da análise do referido autor tampouco ao trabalho multidisciplinar desenvolvido pela SDT/MDA para institucionalização do colegiado territorial, desde 2005. Principalmente, escapa aos nossos olhos os conflitos

e negociações permanentes entre os atores sociais para construir efetivamente o território. No entanto, pode-se inferir que a estratégia de *território de identidade* impactou essa região. De agricultores familiares que contavam com ATER, acesso ao Pronaf e parcos investimentos locais, para sujeitos políticos (ao mesmo tempo, atores e beneficiários) de ações do governo federal[6] voltadas para apoio às atividades produtivas (aquisição de alimentos da agricultura familiar, ATER especializado para mulheres trabalhadoras rurais), para cidadania e direitos (capacitação para agentes de desenvolvimento, educação do campo) e para infraestrutura (reforma em assentamentos, aquisição de máquinas e equipamentos). Águas Emendadas é um dos 120 territórios da cidadania[7] instituídos pelo governo federal a partir de 2006.

A estratégia dos territórios da identidade tem sido adotada por governos estaduais visando ampliar a participação popular no processo de descentralização da gestão e controle social das políticas públicas. No entanto, há muitos desafios para a consolidação dos territórios de identidade como unidades de geração e gestão de políticas públicas, tendo em vista à construção de um Estado democrático, republicano e descentralizado. Mencionamos, aqui, alguns deles apontados por Perico:

a) mudanças profundas na cultura de execução da política pública (tradicionalmente setorial e verticalizada), bem como na estrutura do poder inerente à gestão pública (visões técnicas, políticas e ideológicas em conflito nos órgãos/departamentos);

b) a participação e descentralização das políticas impõe o protagonismo de amplo número de atores, principalmente na construção de sistemas de informação para acompanhamento, avaliação e controle, de forma a fortalecer, ordenar e atribuir poder aos atores e beneficiários;

c) a tendência de *desruralizar* os territórios de identidade, considerando-se principalmente o encurtamento das distâncias entre campo e cidade, como resultado das transformações ocorridas nos espaços agrários no Brasil;

d) a capacidade de resposta dessas políticas – não unificadas – na perspectiva de atender às demandas descentralizadas, empoderadas e integradas, o que implica também na garantia da autonomia territorial, principalmente dos colegiados territoriais, aprofundando, assim, o modelo de gestão social preconizado pela SDT/MDA.

3.2 O território e a intervenção sindical da CUT

A 13ª Plenária Nacional da CUT (2011) apontou a necessidade de aprofundar a reflexão e a inserção nas discussões sobre desenvolvimento territorial, especialmente desenvolvimento territorial sustentável (op.cit.: p. 27). O 11º CONCUT reconheceu a importância das Estaduais da CUT e dos sindicatos filiados disputarem e consolidarem os territórios enquanto espaços deliberativos acerca dos rumos do desenvolvimento, no campo e na cidade (op.cit.: p. 24). No entanto, o questionário aplicado nas Estaduais da CUT sobre a estratégia do programa DPPAR rrevela que existem poucas experiências organizadas estadualmente de participação nos territórios de identidade.

O aprofundamento da participação do movimento sindical CUTista na estratégia dos territórios de identidade implica em: a) compreender o território como construção social dinâmica, ou seja, eles não estão prontos; b) considerar as identidades socioculturais, políticas, ideológicas e os aspectos históricos e ambientais constitutivos daquele espaço territorial; c) analisar as forças econômicas e seus interesses naquele contexto; d) considerar bases de dados socioeconômicos sobre os municípios, a região ou território; e) identificar as instituições públicas e privadas do território e as disputas de poder existentes nos colegiados territoriais; f) conhecer o plano de desenvolvimento territorial sustentável, a situação dos programas e projetos gestados pelos colegiados territoriais e a existência de consórcios públicos entre os municípios ou no território, bem como os grandes projetos de desenvolvimento e seus impactos socioambientais; g) articular e planejar ações consistentes que fortaleçam a aliança entre os sindicatos CUTistas e movimentos sociais na proposição e controle social das políticas públicas.

Esse olhar mais atento para a estratégia de território de identidade pode convergir para o processo de interiorização da ação sindical da CUT nos estados. Ao se reconhecerem como parte ativa dos territórios, os sindicatos e demais instâncias CUTistas contribuem para o fortalecimento do protagonismo da classe trabalhadora na construção de políticas de desenvolvimento e cidadania, face às desigualdades e ao padrão de exclusão latentes nas diferentes regiões do país. Esse processo de interiorização ou regionalização tem sido experimentado por algumas Estaduais da CUT a partir da atuação de coordenações sindicais e estruturas solidárias mantidas pelos sindicatos CUTistas, com vistas à construção do sindicalismo cidadão.

6 - Para obter relatório do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do território da cidadania Das Águas Emendadas ou de outros, conferir: <www.territoriodacidadania.gov.br>.

7 - O programa territórios da cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, os territórios de identidade contemplados por esse programa são priorizados por políticas e ações de mais de 20 ministérios, incluindo o próprio MDA.

Referências Bibliográficas:

BACELAR, Tânia de Araújo. Globalização e território. Le Monde Diplomatique no Brasil, nº 11, ano 1, junho de 2008.

. Nordeste: heranças, oportunidades e desafios. In:DIEESE. Formação dos Conselheiros dos CETEPS: caderno do formador. Salvador: DIEESE, 2012. pp.117-123

Caderno de Resoluções da 13ª Plenária Nacional da CUT Waldemar de Oliveira. São Paulo: CUT, 2011. 98 p.

Caderno de Resoluções do 11º Congresso Nacional da CUT. São Paulo: CUT, 2012. 116 p.

BECKER, Berta K. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs) Abordagens Políticas da Espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

PERICO, Rafael Echeverri. Identidade e território no Brasil. Brasília: IICA, 2009. Disponível em: < http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/.../IdentidadeTerritorioBrasil. pdf>

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 176 p.

e SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI, 13ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2010. 476 p.

Sites Consultados:

www.consisal.com

www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/Territorios_rurais

www.territoriosdabahia.org.br

www.territoriodacidadania.gov.br

Materiais Consultados:

Sistematização do diagnóstico das Estaduais da CUT sobre a estratégia do programa DPPAR. São Paulo: SNF/CUT, 2013. Mimeo

Sobrinho, Emanoel. Enfoque territorial do desenvolvimento. Olinda: Escola NE da CUT, 2011. Mimeo

.Relato de Experiência: A intervenção sindical da CUT-BA nos territórios de identidade. Salvador: Escola NE da CUT, 2012. Mimeo

4. O Papel dos/as conselheiros/as[8]

De um modo geral, uma reflexão sobre conselhos começa apontando possibilidades, limites e desafios sempre presentes nesses espaços em todos os momentos em que se discute e, algumas vezes, se decide, ou pelo menos se influencia, os rumos de matérias conflituosas em nossa sociedade. Por esta razão, é extremamente importante uma profícua reflexão sobre os desafios que essa forma de participação política nos impõe.

E, refletir sobre desafios nos leva a pensar nos sujeitos, os atores sociais que participam desses conselhos, especialmente aqueles representantes da classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar a complexidade da atuação requerida de conselheiros. Ser conselheiro é difícil. Os temas discutidos em quase todos os conselhos não fazem parte do cotidiano sindical, pelo menos na forma em que se apresentam nestes fóruns. Algumas vezes, a discussão que se propõe já é conhecida de representantes de outros grupos – por exemplo, médicos num conselho de saúde – mas os sindicalistas que lá estão, e que não podem fugir da discussão, não convivem com a problemática de saúde em seu cotidiano.

Dirigentes sindicais, de um modo geral, têm outra temática no seu dia-a-dia. Isso não quer dizer que não devam estar lá. Pelo contrário, sua presença é importante, na verdade é fundamental que participem com um olhar da classe trabalhadora, mesmo que certos temas não façam parte de seu cotidiano. Mas é um grande desafio compreender e se posicionar sobre uma questão conflituosa - se não o fosse não seria pauta de conselho - e decidir tendo como norte as necessidades da classe trabalhadora como um todo.

O papel do conselheiro é também complexo, porque em geral são questões modo algum menores. Sua abrangência política e sua importância social podem ser muito grandes. Resolver, por exemplo, a quantidade de recursos para um determinado projeto, seu cronograma de desembolso e utilização tem uma importância que é política, porque do âmbito de um conselho, mas também excede o político, porque pode abranger o social e o econômico. No entanto, se uma decisão tem consequências que são, ao mesmo tempo, políticas, sociais e econômicas é porque a vida em sociedade tem essas dimensões e lidar com elas faz parte da atuação de um conselheiro.

Outra questão complicada é a responsabilidade social desse cargo. A possibilidade de participação democrática numa sociedade capitalista não elimina a existência de interesses em conflito, projetos societários e forças em disputa. Isso faz com que o conselheiro represente interesses específicos numa *luta civilizada,* mas nem por isso menos intensa, em que muitas vezes são necessárias alianças táticas para avançar.

Finalmente, para valorizar ainda um pouco mais essa difícil participação, o movimento sindical tem um papel que talvez não seja único, mas com certeza é dos mais importantes. Representantes sindicais em conselhos ao atuar do ponto de vista da classe trabalhadora se tornam sujeitos políticos no processo de construção democrática no Brasil. Ou seja, o conselheiro é, naquele momento, um sujeito político fundamental. Por tudo isso, vê-se que não é fácil ser conselheiro.

8 - Artigo elaborado por Suzana Sochaczewski, socióloga e técnica do Dieese.

As sociedades modernas já conviveram com vários tipos de conselhos em diferentes épocas. Alguns, chamados *conselhos revolucionários,* tinham como propósito instituir uma nova maneira de organizar o poder. Os exemplos mais conhecidos são a *Comuna de Paris,* quando em março de 1871, operários tomaram e mantiveram por 72 dias o poder reorganizado por meio de conselhos na cidade de Paris. Outro fato histórico conhecido foi a *Revolução Russa de 1917* que ao derrubar o Estado czarista russo instituiu os *Sovietes* – conselho em russo – formados por operários e camponeses, como uma nova ordem, uma nova representação política. Finalmente, na *Espanha Republicana* em 1936 formaram-se conselhos revolucionários que seriam o embrião de outra ordem social, política e econômica. Esses são *conselhos revolucionários* que há muito tempo não aparecem por aqui, mas que fazem parte de nossa história.

Ainda ao longo do século XX foram formados *conselhos operários* com o objetivo de transformar as relações de poder no local de trabalho. Na Espanha Republicana de 36, mais uma vez, na Iugoslávia, na Polônia, na Hungria, na Alemanha, em Turim na Itália, operários instituíram a autogestão em locais de trabalho.

Também em vários países, se implantaram os chamados *conselhos urbanos ou representativos* que são uma forma de organização coletiva, pontual, como, por exemplo, colegiados escolares, conselhos de moradores, conselhos gestores, entre vários outros.

Finalmente, chegamos aos *conselhos de políticas públicas* que hoje têm um crescimento extraordinário e expressiva participação da sociedade civil em nosso país. São conselhos que no Brasil tiveram como uma de suas parteiras a Constituição Federal de 1988, embora alguns já estivessem em exercício num período anterior. A participação de movimentos populares e do movimento sindical na Constituinte possibilitou, logo em seguida, o surgimento de alguns destes conselhos. No entanto, foi nos oito anos de governo do Presidente Lula que essa forma de organização do poder teve um crescimento extraordinário.

Quanto a sua abrangência geográfica os conselhos, que podem ser tanto deliberativos como apenas consultivos, tem abrangência nacional, regional, estadual, municipal e ainda em regiões dentro do município. Todos são igualmente importantes em termos da participação no processo democrático em construção.

A questão fundamental que ainda é preciso discutir quanto à natureza dos conselhos é a da paridade. Temos conselhos paritários, ou seja, onde os movimentos sociais, operários, sindicais têm peso suficiente, ou igual ao de outros grupos, para influir nas decisões. E outros conselhos em que sua participação é muito pequena, alguns até de apenas uma pessoa. São conselhos não paritários onde a representação muitas vezes acaba sendo apenas *pro forma.*

Quais seriam então os atributos e conhecimentos necessários a conselheiros e, neste caso, aos conselheiros sindicalistas da CUT para uma participação efetiva em conselhos de políticas públicas? Na verdade, talvez mais do que atributos e conhecimentos quais as *maneiras ser* apropriadas a um conselheiro da classe trabalhadora numa sociedade capitalista?

1 Os conselhos hoje tratam de uma variedade enorme de temas e essa temática está em expansão, o que deve ser visto como possibilidade e não como problema. No entanto, o conselheiro não precisa ser um especialista no tema de seu conselho, e na verdade nem deve ser. Um especialista, o conselho contrata. Um conselho de saúde, por exemplo, não pode ter como conselheiros só médicos, sanitaristas, enfermeiros ou donos de hospital. Mas precisa também de pessoas de outros segmentos profissionais e sociais. *O conselheiro não é o especialista.* Mas o conselho precisa consultar especialistas e deve ouvi-los como parte do processo de deliberação. O que o conselheiro deve ter é o conhecimento que é essencial da questão em jogo que, no exemplo dado, ou seja, no âmbito de um conselho de saúde não é estritamente uma questão médica, mas uma questão social que fundamenta uma política pública sobre saúde.

2 A outra condição que é fundamental para ser conselheiro é que além da questão específica de seu conselho, ele precisa *estar a par do contexto social, econômico e político do país, do estado, ou município,* dependendo do âmbito em que essa discussão se dá. Porque é só assim, que poderá fazer a escolha acertada em termos de aconselhamento ou decisão. Senão, se ele não souber o contexto em que a discussão se dá, *vira especialista, aquele que só enxerga a sua especialidade.* E especialista é diferente de conselheiro. Nem melhor, nem pior, diferente.

3 Também se considera necessário a esse perfil de conselheiro algo mais difícil. O conselheiro deve olhar a questão que se discute do ponto de vista da classe que ele representa, e nesse caso do ponto de vista da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, deve refletir o que é o melhor para a sociedade como um todo. Decidir a partir dessa *duplicidade não é fácil*. *Não perder o olhar de sua classe e, ao mesmo tempo, olhar a sociedade como um todo.* Isso é fundamental.

Um bom conselheiro, não perde o seu olhar de classe, não perde o seu ponto de vista e seus interesses de classe, mas pensa a sociedade como um todo em relação à cada questão discutida. Seja ela de saúde, de educação, meio ambiente ou qualquer outra. Mostrar que a classe trabalhadora pensa a sociedade como um todo – é claro que a utopia de uma sociedade justa, rica e igualitária – é uma dimensão importante na disputa hegemônica que se faz na sociedade. Uma boa discussão num conselho, não uma imposição, mas uma apresentação do ponto de vista da classe trabalhadora sobre uma questão ou tema estratégico, se bem trabalhada pelos conselheiros sindicais, marca pontos na disputa de hegemonia em torno de projetos societários.

4 O conselheiro não pode se isolar, nem se desprender da entidade que representa. No caso de conselheiros da CUT, sua referência maior é a Central. E isso vale também no *vice- versa.* O conselheiro não pode ser o *mala* e o conselho não pode ser a solução para os não desejados. Isso seria um desperdício fantástico. Um desperdício que não se pode permitir.

O conselheiro deve ser escolhido por ser uma pessoa interessada, capacitada e que faz esse *vai e vem* entre o conselho e sua entidade. Ele precisa trazer para sua bancada ou entidade os elementos necessários para que ela possa, junto com ele, construir uma estratégia sobre determinada questão. Uma estratégia de atuação no conselho. O conselheiro não é autônomo. Nem pode ser autônomo. O conselheiro informa permanentemente sua base e é orientado por ela, e nesse movimento se constroem estratégias.

A estratégia num conselho é fundamental. Uma participação sem estratégia, uma participação na base do *que deu na cabeça ali na hora* não faz o menor sentido.

5 Finalmente, o conselheiro precisa ser capacitado, não porque é incapaz. Mas porque a atuação num conselho requer uma *alimentação constante,* alimentação política, também temática, uma alimentação sobre a conjuntura. Ele precisa estar a par de como as questões, e não necessariamente só aquelas que dizem respeito diretamente a seu

conselho, estão sendo tratadas por sua entidade sindical. Isso é essencial para que ele possa exercer com segurança o papel de representante sindical.

Um grande problema relacionado à representação em conselhos é o rodízio de conselheiros. Poucos se mantêm o tempo necessário no mesmo conselho para desenvolver um trabalho de médio ou longo prazo. Há efetivamente um rodízio, seja por mudança de moradia, ou porque a pessoa é absolutamente necessária num outro posto, enfim, por vários motivos, e essa troca provoca uma perda total de um conhecimento que não é fácil de ser adquirido. É um conhecimento com dimensões gerais e específicas, um conhecimento de pessoas que têm outra formação, adquirido por pessoas que fazem outras coisas na vida. Requer uma formação temática, não no nível de especialista, mas temática no nível de compreensão. Sua formação deve ser política, pra cumprir seu papel e ela tem que ser estratégica construída junto com a entidade sindical e por último deve ser continuada. Seria necessário pensar uma maneira de fazer a transição de um conselheiro para outro, de como passar esse bastão. Senão todo substituto vai sempre começar do zero, o que é muito ruim.

Na França, em Paris, em 1968, com toda a convulsão social e política que acontecia naquele momento, os muros da cidade estavam cobertos por grafites. Um deles dizia: *"Eu participo, tu participas, ele participa, nós participamos, vós participais, eles decidem".* Tal constatação é horrível mas, por outro lado demonstra que a participação sem um suporte político, sem mobilização e sem organização (participação *pró forma*) é pouco eficaz no que tange a correlação de forças para se avançar nas conquistas.

No Brasil, estamos experimentando um processo de construção inverso. Temos hoje um processo de construção entre uma participação *pro forma* e uma atuação de fato. Seja ela consultiva, seja ela deliberativa. No caso, de conselheiros sindicais, ela será bem sucedida sempre que fizer parte de uma estratégia de classe.

5. A participação social nos Conselhos e Conferências de Políticas Públicas[9]

É altamente relevante que uma entidade do campo popular, importante como a CUT, preocupe-se em discutir a qualidade da atuação dos seus representantes nos Conselhos Nacionais de Políticas Públicas e, assim, incidir de forma organizada para aprofundar as potencialidades democráticas que os Conselhos e as Conferências Nacionais possuem para incorporar as questões de interesse do campo popular ao longo do processo de construção das políticas públicas. Essa iniciativa está coerente com a trajetória da CUT, que apesar de nunca negligenciar as questões sindicais mais típicas, sempre soube vincular essas questões ao desafio de produzir um projeto nacional de interesse dos trabalhadores e seus aliados, cultivando o bom hábito de ver a árvore, sem deixar de observar a floresta toda.

Essa característica de não perder de vista qual o projeto que interessa aos trabalhadores e seus aliados sempre é importante, mas ganha ainda mais relevância neste período no qual estamos vivendo, que encerra duas características fundamentais: é o mais longo período democrático ininterrupto da nossa história e, dentro dele, a mais relevante experiência de governo democrático e popular, que começa seu terceiro período. O papel das organizações do campo popular para que as vitórias eleitorais sejam traduzidas em efetivas mudanças na direção dos interesses dos setores populares é insubstituível.

Essa iniciativa da CUT de reunir os seus representantes nos Conselhos Nacionais de políticas públicas servirá para melhorar a articulação de todos os conselheiros das entidades do campo popular e, assim, colaborar para que essas instâncias de participação social e de democratização do Estado possam ampliar ainda mais a sua importância na produção e no controle social em todo o ciclo de produção das políticas públicas.

Para auxiliar nesse objetivo, preparei uma sistematização dos dados sobre as formas de participação social no governo federal, que podem responder alguns questionamentos que, vez por outra, surgem nessa discussão, tal como qual a efetividade da participação, ou a abrangência das questões que são submetidas ao debate nos Conselhos. Essas são preocupações relevantes, pois participar e não incidir no desenho das políticas públicas não faz sentido. Os processos de participação não podem ser apenas uma questão estética, de forma, ela deve ser um elemento de renovação das formas de deliberação e de incorporação de novos sujeitos sociais nas decisões do Estado. Até porque, na medida em que a democracia começa a ganhar conteúdo social e passa a enfrentar todas as formas de desigualdade, ela passa a se tornar um campo de disputas cada vez mais acirradas. Portanto, a experiência democrática ganha a forma que a correlação de forças social lhe confere em cada período, processo que foi muito bem apreendido pelo sociólogo Boaventura Santos, que definiu a democracia como um movimento sem fim, o que torna a renovação e reinvenção permanente características próprias da vida democrática.

A eleição de um governo cuja legitimidade fundamental são os movimentos sociais organizados e a luta contra as exclusões econômica, social, cultural e política, exige uma reconfiguração das formas de tomada de decisão, o que precisa uma efetiva incorporação de novos sujeitos sociais e suas pautas. Caso não seja democratizado o acesso ao processo

9 - Artigo elaborado por Gerson Almeida, sociólogo e ex-Secretário Nacional de Articulação Social.

de decisão, as tradicionais elites dirigentes, que produziram e reproduziram as extremas desigualdades e concentração de renda no país, jamais serão capazes de liderar uma alteração efetiva das prioridades de investimento do Estado. O que torna a construção de espaços de participação capazes de incorporar a sociedade organizada ao longo do ciclo de construção das políticas públicas um elemento fundamental para a redefinição sobre quais setores devem ser beneficiados com os fundos públicos.

Como estou aqui, também pelo fato de ter exercido a função de secretário nacional de articulação social da secretaria-geral da presidência da república, vou apresentar, mesmo que em linhas gerais, as principais formas de participação social em curso no governo federal e o esforço em transformar efetivamente e relação entre o Estado e a sociedade de forma a torná-lo mais permeável às agendas dos setores tradicionalmente excluídos do processo de decisão das políticas públicas.

As diferentes formas de participação no âmbito federal

Um dos seus primeiros atos do presidente Lula foi mudar as atribuições da secretaria-geral da presidência e torná-la, que passou a atuar prioritariamente como interlocutora dos movimentos sociais e articuladora desta relação no âmbito do governo. A alteração das atribuições da secretaria-geral foi uma forma de afirmar a orientação geral para todos os ministérios e demais órgãos do governo de que o estado seja mais poroso às agendas produzidas na esfera pública e nas lutas sociais. As formas mais significativas encontradas para ampliar as formas de participação são as seguintes:

Conselhos Nacionais

Há mais de cem (100) conselhos no âmbito do governo federal, dos quais trinta e quatro (incluídos aqui 2 comissões nacionais) possuem significativa participação da sociedade civil. Mesmo que o tamanho da representação da sociedade civil não tenha uma definição geral e, tampouco, a forma como devem ser escolhidos os representantes da sociedade nestes espaços, desde 2003 está em curso um processo de ampliação da participação social. Para isso houve a reformulação de 6 conselhos já constituídos – nos quais houve ampliação da representação da sociedade civil – e a criação de dezoito (18) novos conselhos nacionais (Quadro 1). Isso demonstra que foi a partir do primeiro mandato do presidente Lula que essa forma de participação passou a se constituir em política geral de governo, tornando-se uma maneira efetiva de ampliar o mundo da política para a sociedade. Além disso, há ampla autonomia para a escolha dos representantes das organizações sociais nos Conselhos, sendo que em 18 há maioria de representantes da sociedade civil.

Quadro 1

Conselhos Nacionais criados a partir de 2003

1. Transparência Pública e Combate à Corrupção	2003
2. Desenvolvimento Rural Sustentável	2003
3. Economia Solidária	2003
4. Turismo	2003
5. Segurança Alimentar e Nutricional	2003
6. Desenvolvimento Econômico e Social	2003
7. Aqüicultura e Pesca	2003
8. Promoção da Igualdade Racial	2003
9. Ciência e Tecnologia	2003
10. Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual	2003
11. Região Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina	2003
12. Fundo da Marinha Mercante	2004
13. Cidades	2004
14. Juventude	2005
15. Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	2005
16. Acompanhamento do FUNDEB	2007
17. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	2007
18. Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	2007

Conferências Nacionais

As Conferências Nacionais estão se constituindo numa das mais dinâmicas e abrangentes formas de participação social na esfera federal. A convocação de cada uma dessas Conferências abre um processo intenso de discussão que incorpora uma diversidade de atores sociais que, de um modo geral, não possuem outros espaços institucionalizados para discutir e apresentar as suas propostas, opiniões, ou preocupações relativas aos temas em debate. As Conferências podem ser vistas como arenas públicas nas quais é viabilizado o encontro de diferentes opiniões e enfoques sobre questões de relevância, cumprindo um papel importante na construção do desenho das políticas públicas e contribuindo para o

desenvolvimento econômico e social do país. As Conferências permitem o encontro de diferentes perspectivas existentes na sociedade e se constituem numa forma efetiva de participação da sociedade na produção de políticas públicas, conforme diretriz inscrita na Constituição Federal do país. Esses processos de debates nos Conselhos e nas Conferências servem, ainda, como um verdadeiro exercício de aproximações de opiniões e pontos de vista diferentes. As suas resoluções servem como verdadeiras agendas e organizam o debate na sociedade e no governo, conferindo ampla legitimidade para as iniciativas, sejam do executivo, sejam do legislativo adquiram ampla legitimidade.

As Conferências Nacionais e os Conselhos possuem uma estreita relação. De uma forma geral, as resoluções das Conferências produzem a agenda de diretrizes sobre a qual os Conselhos respectivos deverão se debruçar e buscar transformá-las em políticas públicas. Além disto, muitos dos Conselhos criados a partir de 2003 foram originados de resoluções aprovadas em Conferências.

Mesas de Negociação

As mesas de negociação são constituídas para tratar de *pautas nacionais* apresentadas pelas entidades que representam movimentos sociais, como o "Grito da Terra" que é realizado anualmente por milhares trabalhadores e trabalhadoras do campo, liderados pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), ou as "Jornadas dos Trabalhadores na Agricultura Familiar", liderado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Esses movimentos apresentam as suas pautas, que tratam de questões de grande abrangência e interesse para o setor, como financiamento, assistência técnica, dívidas, educação, etc. Outro exemplo de pauta nacional apresentada regularmente ao governo é a "Marcha das Margaridas", com reivindicações específicas das mulheres do campo.

Além das pautas nacionais regularmente apresentadas, as mesas de negociação são constituídas também para tratar de assuntos determinados, como a mesa nacional de negociação do *salário mínimo,* que reuniu o governo e as Centrais Sindicais com o objetivo de encontrar uma fórmula capaz de assegurar a recuperação acelerada do poder de compra do salário mínimo. Essa fórmula fez com que fosse alterada a curva histórica descendente do salário mínimo, o que se tornou um fator importante para o crescimento do mercado interno e da diminuição da pobreza. Outros exemplos interessantes de mesa de negociação são as que foram constituídas para aperfeiçoar as *Condições de Trabalho nos setores da Cana-de-açúcar e da Construção Civil,* nas quais participam representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo federal, cujo resultado tem sido a construção de um "Compromisso Nacional", que prevê um conjunto de ações para melhorar as condições de vida e trabalho nos respectivos setores.

A Reconfiguração do Estado

A ampliação e intensificação das formas de participação social em curso colocam o desafio de reorganizar o Estado para que seja possível responder de forma adequada a essa nova dinâmica social. Assim como as Conferências e os Conselhos servem para unificar a agenda dos movimentos sociais em cada área, para que o processo de diálogo possa fluir, é preciso também que o Estado se reorganize para dar conta dessa nova realidade social. É isso que explica, por exemplo, a criação nos últimos anos de vários ministérios e secretarias especiais, como o Ministério das Cidades, fruto de anos de reivindicação das entidades articuladas no Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Antes, era preciso "bater" em inúmeras portas para discutir as políticas voltadas às questões urbanas.

Outro exemplo é a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, antiga reivindicação dos movimentos sociais que lidam com a temática da assistência e exclusão, que também não conseguiam fazer fluir as suas discussões com o poder público de forma ampla, já que as políticas sociais estavam segmentadas em vários ministérios e órgão do governo.

Outras lutas sociais importantes que não encontravam adequada interlocução na forma como estava organizado o Estado são, por exemplo, a luta das mulheres, da igualdade racial e da juventude, para as quais foram criadas a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Nacional da Juventude.

A criação de novos ministérios, ou secretarias, busca responder às legítimas demandas dos movimentos sociais, especialmente daqueles que representam setores tradicionalmente não adequadamente atendidos pelo estado brasileiro. Para os setores tradicionalmente excluídos o Estado sempre foi muito pequeno, ou inexistiu.

Considerações finais

A incorporação de novos sujeitos no processo de construção de políticas públicas, por meio das diferentes formas de participação apresentadas é, em grande medida, responsável pela melhoria geral dos indicadores sociais que está em curso no país. A dinâmica de participação e a sua abrangência fazem com que não seja mais aceitável qualquer ideia que dissocie desenvolvimento econômico do social. Com uma maior diversidade de setores sociais opinando sobre as políticas públicas e sobre a destinação dos fundos públicos, começamos a inverter a tradição perversa de, mesmo em momentos de crescimento econômico haver ampliação da pobreza e concentração de renda.

É possível afirmar que o forte incremento das formas de participação social, ao incorporar milhões de brasileiros e brasileiros tradicionalmente excluídos da vida política, trouxe também novas agendas e interesses que passaram a incidir no desenho das ações do Estado e, assim, torná-las mais inclusivas e universais. A participação social, assim, mostra-se a forma mais efetiva de romper com o monopólio da política exercido pelos arranjos tradicionais e um fator fundamental para a nova feição que o Brasil começou a ganhar. É, então, a democracia e não apenas a economia que explica os avanços sociais conquistados, mesmo que saibamos que essa jornada apenas inicia, mas não nos enganemos que seja possível seguir adiante sem ampliar ainda mais a participação da sociedade. Para essa tarefa, a CUT e os demais movimentos populares organizados são insubstituíveis.

6. Mapeamento da Participação da CUT nos Conselhos Nacionais

Conselhos	Informações Básicas
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	É constituído por 19 representantes do Poder Público e 38 da sociedade civil.
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude	É constituído por 20 integrantes do Poder Público e 40 da sociedade civil.
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	É constituído por 16 integrantes do Poder Público e 21 da sociedade civil.
CNPIR - Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial	É constituído por 22 integrantes do Poder Público, 19 da sociedade civil e 3 personalidades notoriamente reconhecidas no âmbito das relações raciais.
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador	Caráter tripartite, composto por: empresários, governo e trabalhadores.
CCFGTS - Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	Colegiado tripartite, participam governo, 6 centrais sindicais, 6 representantes dos empregadores.
CNig – Conselho Nacional de Imigração	É constituído por 09 representantes do Poder Público e 11 da sociedade civil.
Conselho Curador da FUNDACENTRO	É constituído por representantes do Governo, Trabalhadores e Empregadores.
CONCIDADES - Conselho das Cidades	É constituído por 86 titulares, 49 representantes da sociedade civil e 37 dos poderes públicos federal, estadual e municipal.
CCFDS - Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social	Vinculado ao Ministério das Cidades, é composto por um conselheiro e respectivo suplente de entidades que representam paritariamente o Governo e a Sociedade Civil.
CGFNHIS - Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	Vinculado ao Ministério das Cidades, órgão de caráter deliberativo, composto de forma paritária, por representantes do Poder Executivo e da Sociedade Civil.
CNS – Conselho Nacional de Saúde	É constituído por 8 representantes do Poder Público e 40 da sociedade civil.
CNPS – Conselho Nacional de Previdência Social	É constituído por 6 representantes do Poder Público e 09 da sociedade civil.
Conselho de Administração do BNDES	É constituído por 11 membros, entre eles o Presidente do Conselho, sendo 4 indicados, respectivamente pelos Ministros do Planejamento, do Trabalho, da Fazenda, e das Relações Exteriores e os demais pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	É constituído por 14 representantes do Poder Público e 14 da sociedade civil.
CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	É constituído por 19 representantes do Poder Público e 19 da sociedade civil.
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	Conselho vinculado à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda.
Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI	O Conselho Deliberativo é o órgão superior de direção da ABDI, composto por oito representantes do Poder Executivo Federal e sete indicados pelas entidades privadas.
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT	O Conselho é formado por 15 representantes do governo federal e 15 representantes da sociedade civil, é um órgão colegiado, integrante da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)	Órgão de aconselhamento superior do Plano Brasil Maior. O conselho é formado por 13 ministros, incluindo o MDIC e o BNDES. Objetivo geral: Definir as orientações estratégicas gerais e subsidiar as atividades do sistema de gestão da política industrial.
Conselho de Relações do Trabalho	O Conselho de Relações de Trabalho é composto por representantes, titulares e suplentes, das bancadas do MTE, dos trabalhadores e dos empregadores.
Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC	O Conselho Curador da EBC (de todos os seus canais e não apenas da TV Brasil) é composto por 22 membros: 15 representantes da sociedade civil, quatro do Governo Federal (ministros da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), um da Câmara dos Deputados, um do Senado Federal e um funcionário da Empresa.

Fonte: Elaboração Secretaria Geral/CUT-Nacional, maio de 2011 atualizado em maio de 2013

6.1 A Participação da CUT nos Conselhos Nacionais do Sistema S

Conselhos	Informações Básicas	Mandato
Conselho Nacional do SESC (Decreto 5.725 de 16 de março de 2006)	Estrutura tripartite, instância máxima de decisão. Tem como presidente nato o Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC). É composto de um a três representantes de cada Conselho Regional do SESC, do Diretor Geral do Departamento Nacional; e de representantes das Federações Nacionais de Comércio de Bens e Serviços, do Ministério do Trabalho e Emprego e do INSS; e seis representantes dos trabalhadores, indicados pelas centrais sindicais. Conselho Fiscal, também tripartite. Cada Administração Regional do SESC tem uma estrutura semelhante, com conselhos regionais tripartites.	Mandato por tempo ineterminado.
Conselho Nacional do SENAC (Decreto 5.728 de 16 de março de 2006)	Conselho Nacional - órgão deliberativo máximo, tripartite (governo, empresários e trabalhadores), dirigido pelo presidente da CNC. O Conselho Fiscal também é tripartite. O Senac possui nos Estados estrutura organizacional semelhante à nacional, com conselhos regionais tripartites.	Mandato por tempo indeterminado.
Conselho Nacional do SESI (Decreto 5.726 de 16 de março de 2006)	O Conselho Nacional do SESI - órgão normativo superior da instituição - discute, estabelece as metas e define seus programas, aprovando o orçamento do Departamento Nacional e dos Departamentos Regionais, bem como fiscaliza sua execução. O Conselho é composto por um presidente, nomeado pelo presidente da República; pelo presidente da CNI; pelos presidentes das Federações das Indústrias de todos os Estados;por um representante do Ministério do Trabalho e Emprego; por um representante do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; por um representante de categoria assemelhada e por seis representantes dos trabalhadores da indústria, indicados pelas suas confederações e centrais sindicais.	Mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido
Conselho Nacional do SENAI (Decreto 5.727 de 16 de março de 2006)	O Conselho Nacional do SENAI - órgão normativo superior. O Conselho é composto por um presidente nato, o Presidente da CNI; pelos presidentes das Federações das Indústrias de todos os Estados; por um representante do Ministério do Trabalho e Emprego; por um representante de categoria assemelhada e por seis representantes dos trabalhadores da indústria, indicados pelas suas confederações e centrais sindicais.	mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido

Não há previsão de representação dos trabalhadores nos demais órgãos do Sistema S:

- SEST: Serviço Social do Transporte;
- SENAT: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.
- SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
- SESCOOP: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

Fonte: Elaboração Secretaria Geral/CUT-Nacional, maio de 2011 atualizado em maio de 2013.

6.2 Diagnóstico da participação institucional nas Estaduais da CUT

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Acre	Não há cadastro organizado, mas possui mapeamento dos espaços que a CUT participa. Conforme segue: Conselho no Sistema S – SENAC, SESC, SENAI. Conselho Estadual do Trabalho. Conselho Estadual de Habitação. Conselhos Estadual e Municipal (capital) de Saúde, Educação. Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador. Conselho Estadual da Mulher. Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural. Conselho do Órgão Instituto de Mudanças Climáticas - Autarquia Estadual. Conselho Estadual do Meio Ambiente. FUNDEB – Estadual e Municipal. Conselho do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Estaduais. Conselho Municipal de Transporte Coletivo (Municipal). Conselhos Regionais de Desenvolvimento – ligados aos Territórios da Cidadania (Baixo Acre e Alto Acre). Conselho de Regularização Fundiária, Estadual e Federal. Conselho Estadual de Igualdade Racial. Fórum de Educação Profissional. Fórum Estadual da Educação. Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos. Fórum Estadual Étnico e Racial.	A ação é mais organizada nos Conselhos de Saúde, Regularização Fundiária, Habitação, Instituto de Mudanças Climáticas, Territórios da Cidadania e Fundeb. Não há uma estratégia organizada nos demais conselhos. As reuniões geralmente ocorrem quando há um tema polêmico a ser discutido nos Conselhos de Saúde e Habitação, mas não é algo sistemático. As discussões não têm dialogado com a plataforma da CUT ou as resoluções do 11º Congresso.	Não possui estrutura além da sede própria localizada na capital - Rio Branco.
Estadual da CUT	**Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT**	**Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento**	**Formação DPPAR/ sugestão programa**
Acre	Não se pode dizer um acúmulo sobre políticas territoriais, mas os debates sobre esses assuntos ocorrem geralmente dentro do Conselho dos Territórios da Cidadania, porém a CUT não tem se apropriado desse debate. Não há aproximação com os ramos no que se relaciona a este debate.	Não tem informações/ acompanhamento. Mas, é extremamente necessário o processo de formação de dirigentes para atuarem nos conselhos. Há um grande número de Conselhos de Políticas Públicas, mas a CUT Acre (e Sindicatos) não tem dirigentes para ocupar >	A CUT Acre avalia que é extremamente necessário o processo de formação de dirigentes para atuarem nos conselhos de políticas públicas, pois a maioria não tem experiência e a formação necessária.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Acre		< todos os espaços. Algumas lideranças estão presentes em dois ou mais conselhos.	
Estadual da CUT	**Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos**	**Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais**	**Estruturas da CUT no interior (interiorização)**
Amapá	Possui cadastro organizado. Conselho Estadual de Meio Ambiente- COEMA. Conselho Estadual de Saúde- CES. Conselho do SENAC. Conselho Estadual de Emprego e Renda. Conselho Estadual de Habitação do Estado do Amapá. Conselho de Educação no Campo. Conselho Estadual da Mulher. Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador- CIST. Comitê Gestor do Programa Luz para Todos. Conselho Estadual do PROCON. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA. Conselho Estadual de Segurança Alimentar- CONSEA. Comitê Gestor do Projeto PAIS da Fundação Banco do Brasil. Fórum Permanente de Educação do Estado do Amapá.	A participação da CUT/ AP vem crescendo e se organizando na maioria dos espaços. Porém, ainda precisamos avançar em alguns conselhos como: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA, Conselho Estadual de Habitação do Estado do Amapá, Conselho de Educação no Campo. Temos dificuldades em articular a ação sindical em relação à Plataforma e as resoluções nacionais da Central, em função das poucas ações voltadas para a capacitação dos (as) conselheiros (as).	A estrutura da CUT/ Amapá concentra-se na capital.
Estadual da CUT	**Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT**	**Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento**	**Formação DPPAR/ sugestão programa**
Amapá	Não tem acúmulo sobre políticas territoriais no Estado. Os debates e articulação da ação política com os ramos é feito de forma pontual.	Não possui informação.	A formação de dirigentes para atuarem nos espaços de definição e gestão de políticas públicas é fundamental para assegurar a articulação com as estratégias da CUT. Nesse sentido o perfil de público atende às demandas organizativas no Estado. Não tem sugestão ao curso.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Amazonas	Conselho de Desenvolvimento Sustentável/SDS. Comissão do Trabalho Emprego e Renda. Conselhos do SESI – SESC – SENAC. Conselho das Mulheres. Conselho Estadual das Cidades. Conselho da SUFRAMA.	As estratégias desenvolvidas buscam a articulação com as principais resoluções aprovadas no CONCUT e também com a Plataforma da CUT. As principais ações que a CUT tem desenvolvido são:Promoção e apoio na realização de conferências, seminários, plenárias, congressos, mobilizações mobilizações sociais de bases. Mutirões de divulgação em nível de mídia dos debates e resoluções partir desses espaços. Produção de material para panfletagens junto a trabalhadores/as e a sociedade civil em geral.	Não possui.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Amazonas	Sim, a partir destes acúmulos construímos nossas estratégias de atuação e de enfrentamento principalmente nas demandas de organização do movimento de trabalhadores/as rurais. A articulação com os ramos ocorre por meio das mobilizações; promoção e apoio de eleições sindicais afins; promoção e realização de seminários, plenárias, congressos, oficinas e produção de material para divulgação.	Não tem informações sobre os/as dirigentes que passaram pelo curso. Mas, a CUT avalia que o curso é importante principalmente para os/as dirigentes das direções sindicais com atuação em diversas áreas e educadores/as.	O material pedagógico está ótimo, bem elaborado, tanto do ponto de vista teórico como nas metodologias a serem utilizadas durante a aplicação dos módulos.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Roraima	Consea/RR. Comissão do Estado de RR. Conselho Estadual das Cidades. Conselho em Defesa dos Direitos da Mulher. Conselho Estadual de Saúde. Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Senac/RR. Senai/RR. Sesc/RR. Sesi/RR.	A participação da CUT é mais organizada na Comissão Estadual de Emprego do Estado de Roraima; Sistema "S"; CONSEA e Conselho em Defesa dos Direitos da Mulher. Na sua estratégia a Dir. Executiva estadual da CUT definiu realizar reuniões com todos os/as conselheiros/as uma vez por mês. O objetivo é a atualização e a deliberação de diretrizes a partir do pensamento CUTista. Como essa estratégia foi recentemente deliberada ainda não foi pensado e nem utilizado a resolução do 11° CONCUT/Plataforma da CUT. Mas, a partir da próxima reunião da executiva com os/as conselheiros/as estes documentos serão considerados.	Não há estruturas organizadas tais como subsedes, mas nos organizamos através da comunicação, email, telefone, com as entidades filiadas para visitas "in loco". Neste primeiro momento visando estreitar os laços políticos entre a estadual e as entidades filiadas que estavam afastadas da Central e no segundo momento para a interiorização da CUT nos diversos municípios.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Roraima	A CUT está voltada mais para a organização interna nesse momento, mas não está totalmente alheia às políticas de territórios. Há um projeto voltado para as temáticas territoriais que deverá ser implantado no decorrer da gestão.Há uma estreita relação com o ramo dos servidores públicos e os rurais que estão discutindo uma agenda propositiva.	Não tem informações/ acompanhamento.	É importante. Não somente atende as demandas, como nos leva a pensar sobre as indicações, pois tem conselheiro/a que está lá no espaço e não compreende a política da CUT. A direção está reavaliando a participação desses conselheiros/as para que venham atender o pensamento CUTista. >

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Roraima			< O Programa apresentado em geral atende as necessidades. No decorrer dos módulos aparecerão necessidades específicas relacionadas com o recorte regional.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Rondônia	Não há um cadastro geral dos / as conselheiros/as, mas há um mapeamento da participação nos seguintes espaços: Conselho Estadual e Municipal da Saúde. Conselho do Trabalho. Conselho de Educação. Fundeb. Conselho Estadual da Mulher. CEREST. Fórum Estadual de Educação. Conselho de Segurança Alimentar, Conselho da Merenda Escola (Est e Mun). Conselho Sistema S – Senac e Senar. Conselho Estadual de Combate ao Trabalho Infantil. Conselho de Desenvolvimento Estadual. Conselho de Segurança do Trabalho (MTE) na Industria da Construção Civil. Junta de Recursos do INSS (CUT e STICCERO).	Não há uma estratégia organizada, mas um acompanhamento nas ações nos Conselhos de Educação, Saúde, Trabalho, Fundeb e Merenda. Não há uma articulação direta entre a ação sindical dos/as conselheiros/as com resoluções congressuais e a plataforma.	Não há uma estrutura regional ou subsedes no interior, mas os/as conselheiros/as podem usar o espaço físico da sede da CUT.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Rondônia	Não possui acúmulo em políticas territoriais. A articulação com os ramos é pontual, principalmente com a Fetagro e os sindicatos urbanos.	Não há acompanhamento dos/as conselheiros/as que passaram pelo curso em anos anteriores.	A formação é necessária visando a atuação dos futuros conselheiros e a ampliação da participação dos CUTistas nos espaços institucionais. Não há nenhuma sugestão de conteúdo/ forma ao DPPAR.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Pará	Tem cadastro organizado no qual consta o nome, o RG, o CPF, o telefone e o email do/a conselheiro/a. Participam dos seguintes espaços:Conselho Regional do Sistema "S" – SESI - SESC – SENAC. Conselho Estadual de Saúde – CES/PA. Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST-PA. Comissão Municipal Intersetorial de Saúde do Trabalho de Belém- CIST/ BEL. Conselho Superior da UEPA – CONSU. Conselho Superior da Fapespa. Conselho Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará. Comitê Gestor Estadual do Programa "LUZ PARA TODOS. Comissão Estadual de Emprego e Renda Conselho Estadual de Previdência Social. Conselho Gestor do PPDJUS. Conselho de Alimentação de Ananindeu. Conselho Estadual da Comissão da Superintendência de Patrimônio da União.	Após as reuniões as deliberações e ações aprovadas são informados pelos dirigentes responsáveis nas reuniões da direção executiva da central. No entanto, há uma distância entre a ação dos/ as conselheiros em relação às principais resoluções da central sindical.	A participação nas regiões do estado se organiza a partir dos sindicatos filiados, conforme agendamento.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Pará	A Estadual não possui acúmulo no debate sobre políticas territoriais. A articulação da ação da CUT com os ramos ainda é um desafio.	Não houve curso de capacitação de conselheiros no Pará.	Os conteúdos adotados respondem as necessidades da CUT/ PA, mas necessitamos de um recorte para a Região da Amazônia.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Tocantins	Não possui cadastro e a CUT tem dificuldades em identificar quem são os seus representantes nos espaços institucionais. A CUT participa dos seguintes espaços: Fórum de Lutas do Tocantins. Conselho Estadual de Saúde. Conselho Estadual da Previdência. Conselho Estadual do Sesc - do Senai. Coert. CIST (Regional e Estadual).	Tem estrategia no Conselho Estadual de Saúde em alguns momentos, por exemplo, em eleições da mesa diretora. ACUT Tocantins precisa debater estratégias sobre a ação dos seus representantes nos espaços institucionais.	A CUT Tocantins não dispõe de estruturas regionais ou subsedes. Existem duas cidades pólos importantes, no entanto não temos recursos financeiros para criar e sustentar estruturas.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Tocantins	A CUT Tocantins tem pouco acúmulo sobre as políticas territoriais, uma vez que, tanto os territórios da cidadania bem como os territórios rurais não tiveram ao longo de suas instrumentações a contribuição da CUT. Assim esse debate não tem incidência sobre a estratégia da CUT.	A CUT Tocantins ao longo do processo formativo não fez um controle do/as dirigentes que passaram pela formação.	A formação é importante, mas é preciso que os/as conselheiros/as tenham algum conhecimento técnico e político da área em que atuarão como representantes da CUT.
Estadual da CUT	**Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos**	**Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais**	**Estruturas da CUT no interior (interiorização)**
Alagoas	Não possui cadastro, mas apresentou o seguinte mapeamento: Conselho Estadual Tripartite de Trabalho, Emprego e Renda. Conselho Estadual de Política Energética. Conselho Municipal de Assistência Social – Maceió. Conselho Municipal de Assistência Social de Monteirópolis. Conselho Municipal da Alimentação Escolar de Maceió. Fórum Estadual do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. FOCO – Fórum de Combate à Corrupção. Conselho Estadual de Direitos Humanos. Conselho Estadual de Assistência Social. Conselho Estadual da Saúde. Conselho da Previdência Social. Fórum Estadual de Educação. Conselho do Fundeb. Conselho Estadual de Educação. Conselho Regional do SESC.	A ação não se articula diretamente com as principais resoluções congressuais. A experiência mais exitosa aconteceu durante as etapas estadual e nacional da 1ª Conferência de Emprego e Trabalho Decente (2012), quando os/as dirigentes da CUT AL participaram de oficinas regionais e estaduais, contando com a contribuição das Secretarias Nacionais da CUT e da Escola Nordeste.	Não possui.
	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	**Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento**	**Formação DPPAR/ sugestão programa**
Alagoas	Sim. Desde o 2º ENALFOR – Encontro Alagoano de Formação, em 2011. O Plano de Formação da CUT AL tem incorporado os territórios da cidadania na sua estratégia de implementação das turmas regionais do curso de ORSB, bem como as oficinas de formação continuada do programa de FF tem debatido as políticas territoriais >	Parcialmente. Os últimos cursos aconteceram no final da década de 1990 e foram organizados pela Escola Nordeste. Alguns dos/as dirigentes sindicais que participaram, atualmente estão na Executiva da CUT-AL.	É importante a formação – DPPAR. Deve-se ainda acrescentar que os/as dirigentes deven ter perfil de formadores/as visando contribuir no enraizamento do Programa no estado. >

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Alagoas	< com a contribuição da Escola Nordeste e da Delegacia do MDA no estado.		< Outras sugestões: Incorporar a participação de especialistas para contribuir nos debates sobre a realidade de cada estado. Alterar a ordem dos dois últimos módulos do curso.
Estadual da CUT	**Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos**	**Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais**	**Estruturas da CUT no interior (interiorização)**
Bahia	Não possui cadastro, mas apresentou o seguinte mapeamento: Conselho Estadual Tripartite de Trabalho, Emprego e Renda. Comitê Gestor da Agenda Trabalho Decente Bahia. Conselho Municipal das Cidades de Camaçari. Comitê Gestor da RENAST na Bahia. Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalho. Conselho Estadual de Juventude. Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. UAE – Unidade de Articulação Estadual do PRONAF - Grupo A (Assentamentos). Conselho Municipal de Saúde. Conselho Estadual de Saúde. Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural. Fórum Estadual de Educação – BA. Fórum Estadual de Educação Profissional. Colegiado Territorial do Portal do Sertão. SESC. SENAC. SENAI. SESI. *As informações do quadro de representação não estão devidamente atualizadas, pois não há um processo de acompanhamento dos representantes da CUT BA.	Não possui uma estratégia de intervenção articulada com as resoluções congressuais. Há uma participação mais organizada nos Conselhos Municipal e Estadual de Saúde, no Conselho Estadual de Juventude e nos Fóruns Estaduais de Educação e de Educação Profissional.	Sim. Desde o 11º CECUT, a CUT-BA deliberou a constituição de 08 Regionais, a partir da ação solidária e articulada dos sindicatos filiados no interior do estado. Atualmente essa experiência se ampliou para 10 regiões e tem contado com o acompanhamento e apoio das Secretaria Gera, Sercretaria de Formação e Secretaria Organização Sindical da CUT-BA. Em cada Regional, existe uma coordenação colegiada, composta por diretores da Estadual da CUT e dirigentes dos sindicatos, que atua na organização e articulação de ações conjuntas e específicas entre os sindicatos CUTistas.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Bahia	Sim, principalmente através dos Encontros e Cursos da formação no estado. Não ha condições efetivas de acompanhamento à intervenção nas políticas territoriais em todo o estado, em algumas Regionais há experiências relevantes de intervenção do movimento sindical nos colegiados e políticas de desenvolvimento territorial, a exemplo do Portal do Sertão e da Bacia do Jacuípe. Não há articulação com os ramos neste processo.	Não tem acompanhamento.	O curso atende as necessidades.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Ceará	Possui cadastro dos representantes da CUT, mas os sindicatos e as federações que tem representação não informam a Estadual da CUT. Fóruns da Educação. Fórum de Mulheres. Conselho Estadual do Trabalho. Conselho Municipal de Saúde. Conselho Municipal de Assistência Social (o prefeito eleito acabou com a secretaria de Assistência Social). Conselho dos IFET´s. Conselho da Previdência Social. Conselho de Segurança Alimentar (ficou fora este ano). Conselho de Desenvolvimento Econômico. Conselho Estadual de Cultura. Conselho de Educação. CEREST – Centro de Referência de Saúde do Trabalhador. CIST e FUNDEB.	Reúnem-se as bancadas dos trabalhadores nos conselhos e instâncias para tomada de decisões, mas não ha uma estratégia geral articulada com as principais resoluções congressuais e a plataforma. No entanto, todas as deliberações respeitam os princípios da CUT.	A CUT/CEARÁ tem duas sub-sedes, nas regiões do Cariri e do Vale do Jaguaribe. Ambas possuem uma coordenação de seis membros, mais os/as representantes da direção estadual da CUT na região.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Ceará	Debate sobre políticas territoriais existe, mas acúmulo não. Esses temas só são mais visíveis em nível da formação. Na direção não existe um acúmulo, embora haja um debate. Não existe atuação articulada da CUT >	Não tem organização/ acompanhamento.	A formação DPPAR é importante, mas precisamos definir melhor o público.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Ceará	< com os ramos sobre a agenda de desenvolvimento territorial/regional, pois é recente a ação da Nacional voltada à reaproximação das Estaduais com os ramos nos estados.		

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Sergipe	Não possui cadastro, mas o mapeamento dos seguintes espaços: Conselho Municipal de Saúde. Conselho Estadual de Emprego e Renda – CEER/SE. Mesa Permanente de Negociação – MNP. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – UFS. CONEP, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comissão Intersindical de Saúde do Trabalhador de Aracaju. Conselho do INSS. Fórum Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente de Sergipe. Comissão Estadual do Trabalho Decente. Conselho do Sistema S, Conselho de desenvolvimento Urbano. Conselho do IFIs. Fórum Estadual de Educação.	Não possui estratégia organizada. Temdificuldades de articulara ação politica as delíberações congressuais e a plataforma da CUT.	Não possui.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Sergipe	Parcialmente, muito em decorrência da estratégia de interiorização da organização sindical adotada pela CUT-SE nos últimos anos.	Não tem conhecimento.	O programa de formação atende satisfatoriamente a expectativa da CUT-SE.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Paraíba	Não possui cadastro organizado, mas apresentou o mapeamento que segue: Conselho de SESC João Pessoa PB. SENAC. Conselho Consultivo do SENAI.CONSEA Conselho Municipal >	Não possui estratégia organizada. Tem dificuldade de articular a ação política as deliberações congressuais e a plataforma da Cut.	Ainda não possui.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Paraíba	< de Saúde de Campina Grande PB. Comissão Municipal de Emprego e Renda – Campina Grande PB. Conselho Estadual de Trabalho e Emprego – PB. Conselho Gestor de Habitação Social de Campina Grande PB. Conselho Municipal de Saúde de João Pessoa.		
Estadual da CUT	**Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT**	**Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento**	**Formação DPPAR/ sugestão programa**
Paraíba	Tem dialogo esporádico sobre as plenárias dos Territórios da Cidadania. Não existe ainda articulação, exceto algumas participações dos rurais em atividades.	Os últimos cursos para conselheiros/as foram realizados pela Escola Sindical Nordeste, no entanto, não há uma estratégia de acompanhamento dos dirigentes que participaram.	O processo de formação é importante e o perfil do público atende as necessidades da Estadual. Os módulos atendem as necessidades dos participantes. No entanto, alguns representantes terão dificuldade em cumprir a carga horária prevista para cada módulo, pois ocupam cargos importantes nas suas entidades de base.
Estadual da CUT	**Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos**	**Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais**	**Estruturas da CUT no interior (interiorização)**
Piauí	Sim, possui cadastro organizado. Conselho Estadual de Assistência Social. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Conselho Municipal de Saúde de Teresina. Conselho Estadual de Saúde do Piauí. Comissão Estadual de Emprego e Conferência de Emprego e Renda. Fórum EJA no Piauí. Conselho Estadual em Defesa dos Direitos da Mulher. Conselho Estadual das >	Estratégia organizada no conselho do IAPEP que desenvolve o gerenciamento de recursos para a aposentadoria dos servidores públicos estaduais e serviços de saúde. (PREVIDÊNCIA ESTADUAL) Em geral a estratégia não tem articulação direta com as resoluções congressuais >	Ainda não.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Piauí	< Cidades. Conselho Estadual da Saúde do Trabalhador. Conselho Estadual de Defesa dos direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho Regional de Previdência Social no Piauí. Fórum de Combate ao Trabalho Escravo. Conselho da Criança e do Adolescente do Piauí. Conselho Estadual da Juventude. Conselho Fiscal Deliberativo do Iapep Saúde.	< e a Plataforma, mas agimos conforme a necessidade do momento.	
Estadual da CUT	**Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT**	**Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento**	**Formação DPPAR/ sugestão programa**
Piauí	Possui acúmulo em políticas territoriais em função da ação da Sec. de formação e da Escola móvel da CUT no Nordeste. Mas, há uma dificuldade de envolvimen to dos ramos com a central no Estado do Piauí.	O último que aconteceu foi em 2000, através da Escola Nordeste e do PNQP.	O curso é importante, pois muitos dirigentes não conhecerem o seu papel enquanto conselheiro/a. Os/as participantes do curso devem ser os/as dirigentes que estão atuando nos conselhos de acordo com sua pasta. Sugestões ao Programa: Incluir análise de conjuntura voltada para o papel das políticas públicas, Conhecer a correlação de forças do referido conselho, Aprofundar dados técnicos/análise das pol.públicas.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Pernambuco	Ainda não possui um cadastro organizado, mas em algumas reuniões da executiva estadual debatemos sobre a necessidade de construir o cadastro. Abaixo, segue o mapeamento da participação institucional: Fórum Estadual de Educação. Conselho Estadual de Economia solidária. Comitê Estadual de Educação no Campo. Comissão Interinstitucional de Saúde do Trabalhador – cist estadual. Comissão Estadual de Emprego e Renda – cee. Comissão Municipal de Emprego e Renda – cme/recife. Comissão Municipal de Emprego e Renda de Olinda – cme/olinda.Conselheiros do cest. Conselho de administração da Funape. Conselho Fiscal da Funape. Conselho Estadual de Saúde. Conselho Estadual de meio ambiente – consema. Conselho municipal de meio ambiente – commam. (Indicação em março/2010). Conselho de desenvolvimento urbano de recife – cdu. Conselho de desenvolvimento sustentável – cds. Conselho estadual de segurança alimentar do estado de pernambuco – consea. Conselho municipal de segurança alimentar e nutricional (recife). Conselho estadual das cidades – concidades. Conselho estadual de juventude. Conselho municipal de mulheres do recife. Conselho de previdência social – recife. Conselho estadual de desenvolvimento econômico e social – cedes. Senac - senai – sesc. Conselho estadual de segurança. Conselho superior do instituto federal de educacao, ciência e tecnoligia de Pernambuco.	Como não há uma sistemática de intervenção articulada com as instâncias da CUT/PE e as indicações se dão por áreas de atuação, há o entendimento que estes dirigentes têm afinidade com a plataforma. Mas, muitas vezes o debate dos conselhos são técnicos e dessa forma não temos nem a possibilidade de dialogar com as resoluções políticas e a Plataforma da CUT.	Não. No entanto, foi aprovado no congresso de Pernambuco a construção de 03 (três) subsedes da CUT/PE (Agreste, Zona da Mata e Sertão). Embora não exista ainda uma estrutura física, existe articulação para encaminhar questões que envolvem o campo.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Pernambuco	Sim, vem acumulando. Porém de maneira cíclica. Trata-se de uma política específica e muito nova. Para fazer este debate é preciso mais articulação entre as estaduais da CUT no nordeste, dado que este tema ultrapassa a convenções geográficas estabelecidas entre os Estados e a União. Há uma tentativa de fazer isso junto aos companheiros de Suape através do Fórum dos Trabalhadores da Indústria. Os municipais também trabalham numa perspectiva articulada junto a CUT/PE. Outra experiência de articulação com os ramos está com a nossa aproximação com os Rurais através dos fóruns internos de discussão.	Não tem estratégia de acompanhamento.	DPPAR é importante. Existe a demanda dos conselheiros, principalmente do ramo municipal. É interessante promover debates específicos (juventude, mulheres, etc.) Uma importante iniciativa é reunir os/as conselheiros/ s de uma mesma área para debater as especificidades do tema com o envolvimento dos ramos. E isso de daria não necessariamente só através de curso, mas que o programa favorecesse momentos de diálogo entre os/as conselheiros/as de uma mesma área, visando a troca de experiências.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Rio Grande Do Norte	Conselho Estadual de Emprego. CESEM.Comissão Municipal de Trabalho. COMUT. Conselho Estadual de Saúde. Conselho dos Direitos Humanos. CONESAM. CIST. CEREST. Conselho de Previdência Social. Fórum de Educação no Campo. Fórum da Criança e Adolescente. Conselho Estadual do SENAC – SESC – SENAI. Fórum Estadual da Educação. Fórum de Combate ao Efeitos Agrotóxicos na Saúde do Trabalhador e no Meio Ambiente. Conselho Estadual das Cidades. Conselho Estadual de Segurança Alimentar.	A conjuntura política da CUT/RN está muito complicada. Falta ampliar o debate político sobre esse tema e qualificar a intervenção dos/as dirigentes que ocupam os espaços institucionais.	Não possui.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Rio Grande Do Norte	Não existe acúmulo sobre tais políticas e não existe debate buscando articular a ação da Estadual com os ramos da CUT.	Não tem informações e não faz nenhum tipo de acompanhamento.	O DPPAR atende as necessidades, mas a programação deveria ser construída módulo a módulo junto com os participantes das atividades.
Estadual da CUT	**Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos**	**Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais**	**Estruturas da CUT no interior (interiorização)**
Santa Catarina	Uma vez tentou realizar um levantamento e poucos retornaram. Obteve um resultado parcial, sem organização que nos permita monitorar essa política. Mapeamento apresentado: Conselho Estadual da Saúde. Conselho das Cidades. Conselho Trabalho e Renda. Conselho de Assistência Social. Conselho Superior do IFSC. Fórum Estadual de Educação. Fórum da Saúde do Trabalhador. Fórum de Combate ao Trabalho Infantil. Fórum de Democratização da Comunicação. Conferência do Trabalho Decente – Agenda Catarinense do Trabalho Decente. Saúde do Trabalhador.	Apenas no conselho de Trabalho e renda. Na saúde um pouco mais, pois existia um coletivo estadual de saúde que direcionava a atuação no conselho. Nos demais depende da capacidade do dirigente da CUT. Na reunião da direção estadual os assuntos são pautados quando demandados pelos conselheiros/as, para avaliar e construir a intervenção. O Fórum de Educação voltou a atuar com as propostas da CUT (CONAE 2014, Plano Estadual de Educação). As ações se articulam com a Plataforma da CUT e com a ANTD à luz da realidade do Estado. Fatores limitadores: Não é possível participar de todos os espaços para os quais a CUT é chamada, assim priorizamos saúde, educação e trabalho decente. Existem espaços onde a CUT avaliza a participação devido à própria ausência de política, orientando regionais ou o coletivo municipal a indicarem as suas representações, mas sem condições de acompanhar o que ali acontece.	A organização política nas no interior ocorre nas regionais e a estrutura nos sindicatos de base. Quando tem uma demanda estadual a CUT coordena e constrói uma agenda de debates e/ou mobilização. No planejamento regional é pautado o tema do desenvolvimento e é realizado, o balanço das ações do ano, a análise de conjuntura geral e regional.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Santa Catarina	Não tem acúmulos e portanto, não articula esta questão com os ramos.	Não sabe, pois as listas com participantes são organizadas pela Escola Sul.	O curso precisaria ser mais focado e concreto, atender as dinâmicas específicas de determinadas políticas com cursos e/ou seminários e outras sugestões. Capacitação mais cotidiana para conhecer as propostas da CUT e saber como atuar, papel do conselheiro para a sociedade. Trabalhar temas específicos de acordo com as prioridades da CUT. Propostas que motivem as pessoas para participar, tipo ORSB sobre o tema. A proposta de percurso está boa, bem aprofundada. Sugerem uma inversão na programação do módulo três, mas o problema é a mobilização do público para cumprir uma agenda longa como essa e o ativismo que impede a participação. Consideram cada vez difícil amarrar dirigentes para participar de cursos com dias muito longos, devido a poucas pessoas liberadas nas entidades sindicais.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Rio Grande do Sul	Cadastro - Hoje está sendo readequado. Em linhas gerais tem boa participação em conselhos de eixo mais econômico (como o Fundopem), na área da saúde (relativamente organizado), no Conselho de Segurança Alimentar e na Comissão de Emprego e Renda. Tem uma série de conselhos que a CUT participa secundariamente, como o do SENAC e Sistema S, do Meio ambiente, da Juventude, da Agricultura, da Economia Solidária, Conselhos Estadual de Mulheres, Ciência e Tecnologia. Conselho da UFRGS, Fórum Estadual de Educação e no de Erradicação do trabalho infantil e trabalho escravo.	Falta a CUT pautar as ações e dar a linha estruturante dos debates, ser mais propositiva e buscar capilaridade na sua intervenção em políticas públicas. Existe mais a pauta de ramos, categorias, até mesmo de pessoas do que uma política mais geral e prioridades da Central. No planejamento da CUT foi feito um debate e a política pública foi eleita como uma ação prioritária desse mandato, na qual queremos deixar a "marca da CUT". A Central acumula, tem sua plataforma, mas os ativistas da CUT estão nos conselhos sem que se tenha noção do que estão fazendo. É preciso ter essa articulação, com indicações da CUT e de ativistas de sindicatos filiados que a representem e que fortaleçam a plataforma. Na atuação se tem uma memória da Plataforma, mas a CUT não tem sistematizado.	Até abril serão concluídas as plenárias das 14 regionais da CUT RS, que estão sendo recuperadas com a eleição da coordenação. A partir dessa organização e dos contatos a expectativa é dialogar com as regionais e aprimorar o mapeamento de conselheiros no interior do Estado, militantes sociais ativistas. A decisão é descentralizar a intervenção (regionais assumirem a representação) e para a formação cabe dar qualidade à intervenção.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Rio Grande do Sul	A CUT não tem um olhar de conjunto e por isso a ideia é aproximar essa atuação dos ramos e traçar políticas comuns. A participação tem muito a ver com a pauta dos ramos e suas federações. O real poder está nas mãos dessas organizações (federação) que tem a capacidade de mobilização da base social e que fazem algumas disputas importantes no território.	Estamos recuperando o cadastro a partir dos registros da ESS. Nossa organização interna é muito precária. Há uma deficiência de acompanhamento devido à dificuldade de estrutura, que é pequena pelo tamanho da demanda. A CUT valoriza pouco o espaço de qualificação dos seus dirigentes intermediários. >	O DPPAR é importante, mas sem financiamento não será possível garantir o público, pois o programa não está ligado a vida dos sindicatos. Entendemos que este deve ser um investimento da CUT para garantir a intervenção nos espaços públicos. >

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Rio Grande do Sul		<O trabalho de multiplicadores precisa de investimento.	< O Programa está bem completo o que nos faz pensar sobre o público: - Indicar pessoas a dedo, - Mapear pessoas nas regionais e dentro da Estratégia da CUT, - Acompanhamento permanente destas pessoas pela SG e SEF.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Paraná	A CUT tem um mapeamento dos conselheiros estaduais e alguns regionais, pois para representarem a CUT é necessário o ofício com a indicação. Mapeamento: Conselho da Previdência Social em Curitiba, Ponta Grossa e Londrina. Conselho Estadual de Saúde. Comitê Reg. de investigação de óbitos e amputações relacionados ao trabalho. Conselho Municipal de Emprego e Relação de Trabalho Curitiba. Conselho Estadual do Trabalho. Conselho Estadual das Cidades. Conselho Municipal de Saúde de Maringá. Grupo Exec.do Trabalho Decente. Previdência Social Cascavel. Conselho Integração Universidade/Maringá. Ministério do Trabalho e Emprego/Sec. Inspeção do Trabalho. COUN-UFPR. Sistema S, Sesc, SENAC, SENAI. CIST. Conselho de Integração Universidade-Comunidade. Comitê Gestor Tripartite. Conselho Estadual de Relações de Trabalho. Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho. Conselho Superior (CONSUP). Conselho Municipal de Saúde de Londrina. Equipe de Coordenação do Observatório de Direitos Humanos da UFPR. Conselho de Administração e Fiscal Paraná Previdência. >	O tema da política pública e da atuação em conselhos está frequentemente na pauta da Estadual, os conselheiros fornecem relatório e trazem o debate dos pontos polêmicospara melhorar a intervenção e garantir a pauta da CUT, esta é a intervenção geral, mas a estratégia é pontual. A CUT é pautada pela dinâmica do dia a dia. A CUT tem feito um bom debate sobre essa questão, mas a prioridade sempre é a pauta das categorias. Falta gente para assumir tantas vagas. Sempre pautamos a Plataforma da CUT, mas a plataforma não contempla de forma igual todos os ramos. Temos ramos que estão fora da plataforma, pois a plataforma não aprofunda o debate.	A CUT tem as suas representações políticas e ajuda para as despesas das regionais. Organiza-se na estrutura de um sindicato, mas politicamente busca uma dinâmica de discussão regional. São feitos planejamentos regionais e na reunião da direção estadual ampliada se busca pautar as diferentes realidades. São regionais com níveis de organização diferenciados: umas apagam incêndio, outras atuam fortemente.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Paraná	< Não há um quadro com as indicações municipais, pois os sindicatos não informam as indicações. A intervenção mais organizada se dá nos conselhos de trabalho, saúde e educação.		
Estadual da CUT	**Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT**	**Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento**	**Formação DPPAR/ sugestão programa**
Paraná	Olhando para o território, não temos uma agenda propositiva para intervir nas políticas, ficamos mais no âmbito da organização sindical interna. Quando o coordenador da regional pede ajuda a CUT estadual colabora. Sempre cai na mesma situação: as que têm mais iniciativa fazem mais bem feito. Essa conversa acontece no processo Congressua quando se formula a política e os ramos podem contribuir com a tese. Nele deliberamos as prioridades dos ramos e na sequência os ramos pautam a CUT de acordo com as demandas que surgem. A cada 40 dias é feita uma análise de conjuntura para ter uma visão coletiva a partir de e sobre as pautas. Assim, buscamos unificar e desenvolver a solidariedade entre os ramos e categorias.	Esse mapeamento deve ter sido feito pela SEF, mas não o temos na SG. A formação e a atuação em políticas públicas estão muito distantes, pois há a necessidade de mais pessoas disponíveis para a formação, descentralizar o público que faz os cursos, priorizando representantes regionais para que levem o resultado da sua formação para a atuação no território. A gente na prática não tem conhecimento de quem fez a formção.	Uma sugestão complementar é de montar seminário/oficina para ajudar os sindicatos novos e explicar a estratégia da CUT. Repassar tipo um "manual de atuação na linha da CUT". Também seria interessante pensar dois seminários por ano sobre Políticas Públicas (de dois dias) e contemplar os assuntos que são prioridades, agrupar por grandes temas buscando atender as pessoas nos municípios. - Roteiro intermódulo - Tarefa de levar gravações, relato, documentos, ata da reunião do conselho. - Realizar simulação de negociação no 3º e no 4º módulo. - Ter um módulo específico sobre a agricultura familiar (segurança e soberania alimentar). - Tratar a questão geracional, especialmente a juventude. - Discutir atividades para a assessoria das CUTs, incluir nas atividades a capacitação para a assessoria.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Goiás	Não possui cadastro organizado, mas apresentou as seguintes informações: Conselho Estadual do Trabalho. Conselho Municipal do Trabalho. Conselho Estadual do SESI- Conselho Estadual do SESC. Conselho Estadual de Saúde. Conselho Municipal de Saúde. Conselho de Segurança Alimentar. Conselho Estadual da Mulher. Conselho de Previdência Social da Gerencia Executiva de Goiânia. Conselho Estadual do Meio Ambiente. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação de Goiás. Conselho Estadual de Assistência Social. Conselho Municipal de Saúde de Anápolis. Fórum Municipal de Educação. Comitê Educação no Campo. Comissão de Inspeção de Trabalho da Sup. Reg. Trabalho. Fórum Goiano pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Fórum Goiano Economia Solidária. Comissão Gestora Estadual Sup. Reg. Trabalho. FUNDEB.	Não.	Não possui.
Estadual da CUT	**Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT**	**Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento**	**Formação DPPAR/ sugestão programa**
Goiás	Não.	Tem acompanhamento somente quando as inscrições são feitas pela CUT e nas reuniões da Diretoria.	Entendemos que deve haver um módulo específico para a discussão de desenvolvimento no Estado.
Estadual da CUT	**Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos**	**Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais**	**Estruturas da CUT no interior (interiorização)**
Mato Grosso	Cadastro - com nomes de titular e suplente e quando possível com período de atuação na gestão do referido conselho e/ou fórum. Mapeamento dos conselhos: Saúde. Trabalho. Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Educação. >	A atual gestão a CUT MT vem pensando estratégias de como garantir uma ação articulada nos espaços e instâncias de decisão. Sobre articulação com a plataforma da CUT – temos >	A estrutura da CUT é somente na capital, nos municípios contamos com o apoio dos sindicatos filiados que tem subsedes.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Mato Grosso	< Segurança Alimentar, Mulher. Meio Ambiente. Previdência Social e Igualdade Racial. Comissão de Erradicação o Trabalho Escravo. Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Trabalho Escravo.Comitê de Prevenção de Acidentes do Trabalho. A CUT é mais organizada nos conselhos de Saúde, Trabalho, Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Segurança Alimentar, Mulher.	< desenvolvido algumas ações: Trabalho Escravo, Trabalho decente. Procuramos desenvolver atividades apontando as preocupações em relação à efetivação de projetos que assimilem que é necessário partir das perspectivas dos trabalhadores para a construção de um projeto estratégico de desenvolvimento da sociedade. Creches, igualdade de oportunidades e fim da discriminação são outros termas tratados.	

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Mato Grosso	Não há o debate sobre as políticas territoriais no estado. O acumulo de informações que a CUT MT possui é devido ao trabalho que a ECO CUT faz com os territórios. Dificuldade de articulação com os ramos.	São poucos os cursos de capacitação para conselheiros. Não existe este acompanhamento.	Não temos a programação e nem os módulos do curso, portanto a CUT MT não teve como avaliar

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Mato Grosso do Sul	Não possui cadastro organizado, mas apresentou o seguinte mapeamento: Comissão de Inspeção do Trabalho. Comissão de trabalho Escravo do MP (mas, não sabemos se a Comissão ainda está ativa). Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador – CIST. Conselho de Desenvolvimento Regional (mas, não sabemos se o Conselho ainda está ativo). Conselho Deliberativo do SESC e SESI. Conselho Estadual de Saúde. Conselho >	Não existe estratégia organizada. A CUT não sabe quem e onde tem participação/representação. Não há uma participação discutida, planejada, e organizada. Temos: Dificuldade em articular a ação política com as principais resoluções de congressuais.	Não possui estruturas no interior.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Mato Grosso do Sul	< Estadual do Trabalho (a CUT tem representação, mas não se sabe quem). Conselho Estadual do Trabalho (tem, não sabe quem). Fórum de Educação de Jovens e Adultos (com representação da CUT/MS).		

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Mato Grosso do Sul	Não possui acúmulo em políticas territoriais e articulação com os ramos.	Não possui informações/ acompanhamento.	O curso não deve se restringir a apenas conselheiros de políticas públicas, pois a CUT tem participação em muitos outros espaços políticos. Sugestão: Entendemos que deve haver um módulo especifico para a discussão de desenvolvimento no Estado.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Minas Gerais	A relação com os conselhos é de responsabilidade da Secretaria de Políticas Sociais (cuja secretária não estava presente à reunião) e foi feito um levantamento recentemente. Os conselhos que se destacam são: Saúde, Trabalho e Renda, e Comissão Municipal de Emprego que ainda vai se transformar em conselho. A CUT-MG fez um seminário, cujo link se encontra na página web, a partir do qual está iniciando o cadastro, mas o mesmo ainda não está disponível.	A intervenção dos/as conselheiros/as nos espaços ainda está a depender da desenvoltura pessoal de cada membro que ocupa o posto no conselho. A respeito da articulação com a plataforma. A intenção está colocada, mas tal articulação está a depender do desenvolvimento das atividades que estão programadas, como o cadastro iniciado com o Seminário que foi realizado para elucidar/aglutinar os resultados da atuação dos conselheiros.	Sim. A CUT-MG atualmente dispõe de 4 unidades regionais, sendo que 3 estão em funcionamento. A estrutura de funcionamento é a mesma da CUT Estadual.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Minas Gerais	Ainda não tem acúmulo em políticas territoriais. A articulação com os ramos está sendo construída. Inicialmente foram feitas reuniões com representantes dos metalúrgicos, urbanitários, bancários, eletricitários e rurais. O processo está em continuação e pretende-se avançar nos próximos encaminhamentos.	A CUT-MG não possui estas informações/não faz acompanhamento.	Ainda não dispomos de informações suficientes para esta avaliação.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Rio de Janeiro	A CUT-RJ está fazendo o levantamento e o cadastramento dos/as conselheiros/as.	Existe um núcleo de pessoas que atuam nos conselhos que se reúnem periodicamente para trocar informações, mas os mais atuantes são os da Saúde, Trabalho, Educação, Mulher e Meio Ambiente. Cada região tem as suas especificidades e, portanto a discussão é regionalizada. As resoluções do Congresso só "inspiram" a atuação nos conselhos.	Não. A CUT é centralizada no Rio de Janeiro, capital.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Rio de Janeiro	Existe hoje, instalada na CUT, uma subsede do DIEESE, cujo propósito é oferecer subsídios para a atuação da CUT nos territórios, que no Rio são muito demarcados. Os temas mais discutidos são os que dizem respeito a Conselho Estadual de Emprego e Renda e da Mulher. Mas, falta uma política de integração Estadual e ramos.	As últimas atividades de formação para dirigentes que atuam como conselheiros ocorreram a mais de 6 anos. A atuação dos conselheiros atuais é mais individualizada o que dificulta uma estratégia sistemática de acompanhamento.	A CUT-RJ considera a carga horária, compreendida em 32 horas seguidas, muito extensa para um dirigente que deve atuar em outras frentes. Informou que em parceria com o DIEESE está propondo uma ação semelhante a ser efetivada junto com outras centrais sindicais. Ressaltou a importância de selecionar o público a partir da disponibilidade dos participantes do curso em garantir a continuidade e os resultados da formação recebida.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
Espírito Santo	Conselho Municipal de Saúde. Conselho Municipal Do Negro – Conegro. Conselho Municipal de Portadores de Deficiencia. Conselho Municipal de Ciencia e Tecnologia - Vitória. Conselho Municipal de Meio Ambiente – Cariacica. Sesc – Senac - Senai. Grupo de Trabalho Apoio à Provisão Habitacional - Gt/Es -Spu.	A indicação dos/as representantes da CUT em conselhos de membros da Direção Executiva. Estão programando uma atividade em que os representantes em conselhos estaduais se reúnam com os respectivos representantes de conselhos municipais, para organizar a atuação. A CUT-ES ainda não dispõe de informações sobre a atuação dos conselhos municipais, cuja indicação é prerrogativa dos sindicatos municipais (que atuam com base estadual), filiados à CUT. A CUT Nacional deve dar "a linha" em relação à participação de representantes da CUT nos conselhos. Neste sentido, o DPPAR e a presença da Escola Sindical 7 de Outubro nas estaduais tratando deste assunto pode ser uma boa iniciativa.	Não. A CUT é centralizada em Vitória.

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Espírito Santo	Na nossa opinião, a CUT deveria criar um ente (como o INST, por exemplo), para discutir políticas públicas, principalmente de Desenvolvimento. A CUT-ES apresentou uma proposta ao Governo do Estado de criação de um fórum institucional de discussão permanente sobre desenvolvimento social, com a participação dos movimentos sociais.	Não tem informações de dirigentes que passaram pelo curso.	Ainda não têm clareza quanto ao público, mas salientaram que nem sempre os que apresentam o perfil são / as dirigentes que vão se comprometer com o prosseguimento da ação. Avaliam que seria interessante fazer um seminário prévio, de abrangência estadual, >

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
Espírito Santo			< para promover um debate de nivelamento e socialização de informações entre todos. Seria importante o financiamento da Nacional para que a CUT-ES possa organizar a ação. Sugerem que o DPPAR funcione como uma espécie de "incubadora" de conselheiros/as. Avaliam que um Seminário Estadual para fazer um debate ampliado, organizado previamente, poderia apontar quem seriam estes dirigentes a serem "incubados", e dispostos a se comprometerem com a "multiplicação" da ação.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
São Paulo	A CUT possui mapeamento, mas a tempo tenta montar um cadastro único de conselheiros e conselheiras representantes da CUT. Porém esse cadastro ainda é falho, pois não temos 100% das informações que estão nos nossos sindicatos, federações da CUT. Mapeamento: Cns. Cnps. Crps (Jundiaí, São Paulo, Araçatuba). Conselho Municipal de Saúde (SBC, Santo André, Diadema, Mauá, Catanduva, Guarulhos Mogi Das Cruzes, Araçatuba). Cerest (Santo André, SBC e Diadema). Conselho de Segurança Pública (Mauá). Fórum Estadual 30 Horas Já. Comad (Conselho Municipal de Álcool e Drogas). Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência de SBC. >	Sim, se articula. Todas as políticas da CUT/SP estão diretamente relacionadas às resoluções das plenárias e congressos da CUT.	Sim, a CUT/SP está organizada em 18 subsedes no interior, Grande São Paulo e Capital. Cada subsede tem um coordenador/ coordenadora, que é um membro da Direção da CUT, as subsedes possuem estrutura física e humana , em cidades estratégicas em cada região.

Estadual da CUT	Cadastro Organizado - Sim/Não - Participação da Estadual da CUT em Conselhos	Estratégias e Articulação da ação dos/as representantes com as resoluções congressuais	Estruturas da CUT no interior (interiorização)
São Paulo	< Conselho da Grte – Gerência. Conselho Gestor CRT – Sé – SP. Conselho Senac. Conselho de Mulheres Osasco. Conselho Municipal do Idoso de Catanduva. Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Conselho Municipal de Saúde de Guarulhos. Conselho Nacional de Educação. Fórum Estadual de Educação. Conselho Gestor do Fundeb. Comissão Consultiva Mista do Iamspe. Conselho Estadual de Alimentação Escolar. Conselho de Administração Spprev-SP Previdência. Sinp-Sistema de Negociação Permanente. Representante dos Usuários Conselho de Saúde de Limeira. Conselho da Previdência Social. Conselho da Educação. Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil. Conseg- Conselho de Segurança Pública – Piracicaba, Santa Bárbara, Capivari, São Pedro. Conselho Fiscal da Guarda Mirim de Piracicaba. Associação Paradesportiva de Piracicaba. Comdema Conselho Municipal Defesa do Meio Ambiente. Conselho Municipal do Emprego (Santa Bárbara, Capivari, São Pedro, Jacareí, Piracicaba, Osasco, Cotia). Conselho de Alimentação Escolar. CONDEF – Conselho Deleiberativo e Fiscalizador. Conselho Municipal de Saúde de Araraquara. Cist – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador. Intersetorial de Saúde do Trabalhador. Comissão Estadual e Municipal de Emprego de São Paulo. Conselho Sesi, Senac, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. Conselho Municipal de Saúde de Taubaté. Conselho Municipal de Assistência Social. Fema – Conselho de Curadores da Fundação Educacional do Município de Assis. Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo.		

Estadual da CUT	Acúmulo em políticas territoriais/ Articulação da ação política da Estadual com os ramos da CUT	Dirigentes que passaram pelo curso/Estratégia de acompanhamento	Formação DPPAR/ sugestão programa
São Paulo	Sim, a CUT participa em algumas regiões através de consórcios existentes, na proposta de construção de novos consórcios, nos debates das regiões metropolitanas e em outras formas de debates sobre políticas territoriais, seminários regionais, por exemplo. A CUT/SP em sua política macro trabalha articulada com os ramos, desde sua composição até sua atuação no Estado, todas as atividades, cursos, seminários a participação se dá por representação de ramos.	Não. A CUT não tem a integra dessas informações.	O processo de formação é fundamental, pois sem a formação os/as representantes da CUT não conseguirão passar a política que a CUT defende e as deliberações que são tiradas nos espaços de decisão. Sugestão: Seria interessante levantar com o grupo as principais demandas da região onde o curso está acontecendo e quais as alternativas para os problemas existentes. Pesquisar nas universidades da região se existem projetos, etc. Pode ser uma atividade inter módulo.

OBS: As tabelas foram elaboradas pela SNF-CUT a partir do roteiro aplicado por nossos Educadores/as nas Estaduais da CUT, entre fevereiro e abril de 2013.

6.3 Questões Comuns e Desafios para a Ação Sindical da CUT nos Espaços de Representação

Desenvolvimento Políticas Públicas e Ação Regional – DPPAR	
Diretrizes políticas: desenvolvimento nacional sustentável e territorialidade; distribuição de renda e valorização do trabalho, democratização do estado e das políticas públicas.	
QUESTÕES COMUNS ÀS ESTADUAIS DA CUT	**PROPOSTAS PARA DEBATE**
Em geral as Estaduais não têm um cadastro organizado, mas possuem um mapeamento da participação institucional. A participação é ampla e desenvolve-se em diversas áreas (saúde, educação, segurança alimentar, sistema s, direitos da criança e do adolescente, mulher, etc.). Em geral as Estaduais organizam a sua intervenção nos conselhos de políticas públicas, mas com dificuldades em articular a realidade local as políticas nacionais da cut e em repercutir o debate nas suas instâncias decisórias. Em geral as Estaduais têm dificuldade de encontrar dirigentes sindicais preparados e disponíveis para a atuação institucional, pois o dia a dia da agenda sindical tende a limitar as possibilidades de participação. A concentração das estruturas físicas nas capitais é um fator que dificulta a organização da CUT nos municípios/políticas territoriais. Em geral não há conhecimento dos/as dirigentes que passaram pelos cursos – não há cadastro organizado. As Estaduais da CUT destacaram que o DPPAR/FORMAÇÃO é uma ação importante e que deve ser desenvolvida nas regiões.	Elaboração de um cadastro dos/as representantes da CUT – integrado as conferências nacionais. Qualificação dos/as dirigentes sindicais e assessorias que atuam como representantes da CUT em espaços institucionais e nas conferências – execução do DPPAR nas regiões. Melhor articulação da ação dos conselheiros no âmbito local, estadual e nacional. Organização de reuniões periódicas envolvendo prioritariamente os/as secretários gerais e os dirigentes sindicais que têm atuação em conselhos/conferências (nos estados e no espaço nacional). O espaço dos macrossetores conforme aprovado no 11° CONCUT (indústria; comércio, serviços e logística; serviço público e rural) e o uso das tecnologias a distância podem contribuir para um melhor fluxo das informações e demandas envolvendo conselheiros/as.
Você concorda com esta síntese? Se sim, aponte outras questões comuns que possam contribuir para desenvolver uma ação política mais articulada nos estados, regiões.	**OUTRA(S) PROPOSTA(AS)?**

7. Referências de Resoluções da CUT

A seguir, apresentamos um resumo das Resoluções de Plenárias e Congressos da CUT[10] como um subsídio aos/as representantes da CUT que participam dos espaços de debate e deliberação de políticas públicas. O material visa orientar a ação dos/as CUTistas para que defendam as propostas da CUT articuladas em torno de 4 grandes eixos:

- *Democratização do Estado e das Relações de Trabalho*
- *Controle Social*
- *Gestão das Políticas Públicas*
- *Participação em Conselhos*

RESOLUÇÕES DAS PLENÁRIAS ESTATUTÁRIAS DA CUT

6ª Plenária (1993)

AO TRATAR DA CAMPANHA CONTRA A FOME

A CUT, o DNTR, os DETRs, as federações CUTistas e os sindicatos participação ativamente do Movimento da "Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida" em todos os estados e municípios, trazendo para o primeiro plano da cena pública o problema dos excluídos e as alternativas estruturais para a crise.

Deve-se apresentar propostas que abram para a democratização do Estado e da sociedade, especialmente nas questões de reforma agrária, política de geração de empregos e de uma política de crédito voltada aos pequenos agricultores.

7ª Plenária (1995)

AO TRATAR DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Ainda neste âmbito, é indispensável assegurar-se o direito à negociação coletiva para os funcionários públicos, haja vista a decisão do Supremo Tribunal Federal que entendeu inexistente este direito. Também no que diz respeito ao serviço público, é fundamental propormos como medida de transição a criação de um Conselho Nacional da Administração Pública, com composição tripartite (sindicatos, governo e so-ciedade civil) que terá a atribuição de acompanhar as negociações coletivas, fiscalizar o cumprimento do que é negociado, compatibilizar os termos dos acordos com o interesse dos destinatários do serviço e buscar permanentemente a melhoria do atendimento nos serviços prestados à população.

10 - Resoluções dos Congresso e Plenárias da CUT – de 1983 a 2012. Material disponível no site da CUT - www.cut.org.br

AO TRATAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Reivindicamos a constituição de conselhos tripartites paritários (trabalhadores, governo e empresários): para a gestão das agências de formação profissional (Senai, Senac, Sesi, Sesc, Senar, Senat), ou de outras iniciativas complementares ao ensino regular de âmbito municipal, estadual, nacional e regional, visando rigoroso controle fiscal e formalização de processos sistemáticos de avaliação dos serviços prestados.

(...) Duas das diretrizes aprovadas pelo Concut estão tendo desdobramentos, mesmo que ainda limitados, no âmbito institucional: a) ampliação do atendimento aos desempregados, incluindo um programa de requalificação profissional, com o gerenciamento por Comissões Estaduais Tripartites de Emprego; b) a criação de um programa de geração de emprego e renda. Em ambos os casos trata-se de iniciativas que estão sendo discutidas pela representação dos trabalhadores no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

A CUT tem pautado sua intervenção no Codefat pelo esforço para melhorar o atendimento aos desempregados – para além da ampliação dos investimentos produtivos, base da geração de novos empregos.

Nossa Central tem defendido que o atendimento aos desempregados deve estar na base de qualquer política de emprego, e não deve estar restrito ao pagamento do benefício do seguro-desemprego, mas obrigatoriamente deve incluir a requalificação profissional e a intermediação de empregos, permitindo ao trabalhador desempregado voltar a trabalhar de forma digna. Nesse sentido o Codefat tomou medidas para reestruturar o Serviço Nacional de Emprego (Sine). Na proposta do Codefat, o Sine deixa de ser o organismo de ação política dos governadores na área do trabalho para se tornar o embrião de um Serviço Público de Emprego. Esse novo sistema deverá ser centralizado por esfera de governo (União, estados e municípios) e ser submetido a controle social em cada esfera.

AS POLÍTICAS DE AJUSTE NEOLIBERAL, DE DEFESA DO ESTADO MÍNIMO

O desmonte do Estado no Brasil –na sua capacidade de financiar a educação e outros serviços— tem ocorrido através da desqualificação do público, da apologia da esfera privada e da descentralização como mecanismos de democratização e de eficiência. Na prática, a descentralização tem se constituído num processo antidemocrático ao delegar a empresas (públicas e privadas), à "comunidade", aos estados e aos municípios a manutenção da educação fundamental e média, sem que se criem e se agilizem mecanismos de financiamento mediante uma efetiva e democrática reforma tributária. O que de fato vem ocorrendo, através de inúmeros disfarces, convênios, cooperativas etc., é a privatização crescente e o desmonte da escola pública.

O projeto democrático e popular, alternativa ao anacrônico projeto neoliberal na resolução da crise social, de cuja construção a CUT tem participado junto com os movimentos populares e partidos democráticos, deve ter como ponto nuclear a ampliação da esfera pública e a constituição de mecanismos democráticos de controle social dos fundos públicos. No campo educacional, em particular, o avanço contra o neoliberalismo implica em trazer o conflito para a esfera do público, em publicizá-lo. É dessa maneira que poderemos efetivar, como alternativa histórica, a proposta de uma educação democrática que traduza as necessidades do conjunto da sociedade.

(...) Reivindicamos o controle social dos fundos públicos. O projeto democrático e popular, alternativa ao anacrônico projeto neoliberal na resolução da crise social, de cuja construção a CUT tem participado junto aos movimentos populares e partidos democráticos, deve ter como ponto nuclear a ampliação da esfera pública e a constituição de mecanismos democráticos de controle social dos fundos públicos. No campo educacional, em particular, o avanço contra o neoliberalismo implica em trazer o conflito para a esfera do público, em publicizá-lo. É dessa maneira que poderemos efetivar, como alternativa histórica, a proposta de uma educação democrática que traduza as necessidades do conjunto da sociedade.

É necessário o controle social destes fundos públicos, considerando que qualquer subsídio, recolhimento compulsório, incentivo fiscal ou recurso orçamentário destinado à formação profissional constitui fundo público e deve ser gerido publicamente.

A PARTICIPAÇÃO DA CUT

A CUT reivindica, também, a participação dos trabalhadores na formulação de políticas públicas de educação e na elaboração e avaliação de todos os programas e políticas de ensino/formação profissional.

Conclusão: É necessário reafirmar mais um vez a importância da participação dos trabalhadores na formulação de políticas públicas de ensino profissional. A discussão do ensino profissional/educação permanente deve estar vinculada à luta pelo salário digno, liberdade de organização no local de trabalho e garantia de emprego.

A generalização dessa compreensão é que poderá armar os trabalhadores e sua direção na defesa de uma proposta alternativa, classista e democrática aos processos de reconversão, adaptação e desregulamentação que estão sendo implementados pelo capital e que tendem a se acelerar.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

Lutar pela aprovação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – PLC-101/93 (parecer Cid Sabóia), reforçando as ações do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e fortalecendo a visão da escola básica unitária, isto é, da formação profissional como parte do sistema regular de ensino e das demais políticas públicas, capaz de promover o acesso ao mundo do trabalho.

AO TRATAR DO SISTEMA DEMOCRÁTICO DE RELAÇÕES DE TRABALHO

A história recente do país demonstra ser possível coesionar diversos segmentos da sociedade em torno de propostas objetivas e concretas. Propostas que tenham por substrato os princípios da transparência, da ética, da informação e dos procedimentos democráticos. Que estejam voltadas para produzir cidadania.

O aperfeiçoamento do regime democrático exige mecanismos de controle social sobre a gestão do Estado. Exige equilíbrio nas relações de poder e definição clara do papel do Estado como provedor de regras garantidoras desse equilíbrio.

8ª Plenária (1996)

AO TRATAR DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Orientações da CUT e as mudanças tecnológicas No desenvolvimento dessa estratégia há três planos de intervenção que devem ser considerados:

a) O legal: por exemplo, o projeto de lei que regulamenta o art. 7º da CF no que diz respeito à proteção do trabalhador frente à automação e outros;

b) O institucional: por exemplo, através da atuação dos representantes da Central nos fóruns que discutem políticas públicas (como Codefat, PBQP e Mercosul) no sentido de colocar a pauta sindical;

c) A relação direta de negociação, por exemplo, quando os sindicatos, através da mobilização, buscam impedir ações unilaterais das empresas e conseguir cláusulas nos acordos/convenções que protejam os trabalhadores frente às mudanças organizacionais e tecnológicas.

9ª Plenária (1999)

AO TRATAR DA ESTRUTURA SINDICAL E RELAÇÕES DE TRABALHO

Luta pela permanência na terra A luta por reforma agrária deve ser acompanhada pela conquista de políticas públicas que garantam a permanência da família na terra. Tais políticas devem garantir as seguintes ações:

Crédito subsidiado, infra-estrutura básica (incluindo a educação pública e capacitação profissional), com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar, de onde vem mais de 70% da alimentação da população do país. Tais medidas objetivam inibir o êxodo rural e garantir a alimentação da classe trabalhadora brasileira.

AO TRATAR DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO

Desafios atuais da formação: Diante das complexas mudanças pelas quais vêm passando o mundo do trabalho, que demandam intervenções cada vez mais qualificadas e propositivas por parte dos dirigentes e lideranças cutistas, coloca-se como imperativo para a PNF desenvolver ações, em sua estratégia formativa, que os capacite para a luta pela negociação da reestruturação produtiva desde os locais de trabalho; para a luta pela democratização e gestão das políticas públicas; para a atuação sindical em qualificação profissional, bem como para sua contratação nos processos de negociação coletiva e amadurecimento de proposições mais amplas que possibilitem um diálogo mais profícuo com a sociedade; para o enfrentamento do processo de reestruturação sindical em suas múltiplas dimensões; para o trato com a diversificação da pauta sindical que envolve questões como relações de gênero, questão racial, trabalho infantil, do menor de rua, saúde, educação, entre outros; e finalmente, para a formulação de um projeto alternativo de desenvolvimento.

(...) Nessa mesma perspectiva, deve-se ressaltar as ações do Projeto Integral, implementado pela Rede de Formação da CUT, que atua em duas vertentes: capacitação de conselheiros para as Comissões Municipais de Emprego e Formação de Formadores em Qualificação Profissional. Ao capacitar nossos conselheiros para as comissões municipais de emprego, o Integral busca atender à necessidade da Central de formar os representantes institucionais da CUT para atuarem em todo o território nacional nos conselhos tripartites e deliberativos. Com isso, garantindo os princípios cutistas de intervenção em políticas públicas envolvendo qualificação profissional e quanto ao uso de bens públicos – os recursos do FAT e o projeto para a educação profissional em construção na Central – bem como para avaliar e decidir sobre ações do governo e do empresariado coerentemente, realizando a disputa nesse âmbito. Ao realizar a Formação de Formadores em Qualificação Profissional, o Integral atua coerentemente com a necessidade de instituir novos modelos de educação e formação profissional, a partir dos princípios educacionais e metodológicos já preconizados na 7ª Plenária, formando multiplicadores nessas bases para uma atuação consistente e coerente em processos de formação profissional.

A POLÍTICA DA CUT SOBRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO

Esse novo ambiente colocado para o movimento sindical passou a comandar iniciativas direcionadas à formulação de propostas sobre políticas públicas que incidem sobre o mundo do trabalho (política industrial, agrícola, reforma agrária etc.), e, no período mais recente, sobre as políticas de emprego.

AO TRATAR DA SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A CUT acumulou muito na área de seguridade social. Fomos força expressiva em conferências nacionais, atuamos com grande repercussão nos conselhos setoriais, disputamos projetos no parlamento e lideramos mobilização em todo o Brasil também sobre as questões de seguridade social. Como resultado dessa política, tornamo-nos uma das principais referências da sociedade organizada sobre os temas do setor, criando uma forte aliança com as entidades representativas dos demais usuários da seguridade social. Estamos na prática desenvolvendo a política da "CUT cidadã", que dialoga com o conjunto da população.

No 7º Concut devemos, além de reafirmar posições históricas em defesa dos trabalhadores, formular propostas de combate efetivo ao projeto neoliberal, reforçando as questões sociais e avançando em novas resoluções:

AO TRATAR DA SAÚDE

No próximo ano acontecerá a 11ª Conferência Nacional de Saúde, provavelmente precedida de Conferências Estaduais de Saúde e Conferência de Recursos Humanos, para as quais mais uma vez a CUT deverá articular seus sindicatos e instâncias para debate de teses e mobilizações em torno de políticas que garantam a viabilização do SUS. Já existe uma articulação/negociação dos partidos no Congresso Nacional, que devemos acompanhar, para aprovação de financiamento permanente para a saúde, mesmo que ainda não estejam nos moldes do que a PEC 169 original poderá proporcionar: um avanço na luta por recursos permanentes para a saúde.

Somos contra os processos de privatização do atendimento à saúde da população, disfarçada ou explícita, em curso. Defendemos o SUS como um sistema que oferece atenção de boa qualidade para todos. Devemos encaminhar novas discussões sobre a saúde pública preventiva: saúde e meio ambiente, saúde no local de trabalho e políticas públicas de saúde preventiva (sanitárias), bem como combater quaisquer políticas de saúde que sejam excludentes.

AO TRATAR DO TEMA SOBRE SAÚDE DO TRABALHADOR E MEIO AMBIENTE

Defendemos os serviços públicos na área de seguridade social (saúde, previdência e assistência social), como políticas públicas, com o objetivo de garantir a qualidade de vida, proteção social e conquista de cidadania.

Lutar pela existência, na rede pública, de atendimento dirigido aos trabalhadores, por meio de Centros de Referência e Programas de Saúde do Trabalhador, fortalecendo o Sistema Único de Saúde. Intensificar a participação da CUT nos Conselhos de Saúde em todos os níveis, integrando essa ação junto às Secretarias de Políticas Sociais – articulando com os nossos sindicatos ações para intervenção organizada nos conselhos municipais de saúde, como também articular os nossos sindicatos para uma ação organizada nos fóruns de saúde pública e na defesa do SUS, fazendo valer os seus princípios.

AO TRATAR DO TEMA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reafirmamos nossa defesa de um sistema de assistência social de fato, subordinado a amplo controle social, apoiando e lutando para a aprovação do Fórum Nacional de Assistência Social e pela implantação de Conselhos de Assistência Social, articulando as ações da área, atendendo a todos que dele necessitem, combatendo as fraudes, picaretagens e clientelismos.

Apoiamos a Lei Orgânica do Setor (Loas) pois, embora com limitações, é um caminho que se construiu para a constituição do sistema. Devemos também incentivar ações em todas as esferas governamentais (União, estados e municípios) objetivando elevar a qualidade de vida dos cidadãos e lutar para garantir a realização das conferências municipais, estaduais e nacional, conforme determina a Loas.

AO TRATAR DE MEIO AMBIENTE NO MEIO SINDICAL

A Agenda 21, assinada por 175 chefes de governo na ECO/92, introduziu no debate da globalização a discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente. Não se pode falar em políticas públicas sem tocar na questão do desenvolvimento sustentável. O meio ambiente é parte estratégica do processo de globalização. É preciso combater o esgotamento dos recursos naturais.

O recente enfraquecimento do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente – mostra claramente qual é a verdadeira intenção do governo: excluir a sociedade civil e os trabalhadores dessas discussões. Além disso, a ausência de políticas públicas do governo federal na questão ambiental tem transferido decisões importantes, de caráter nacional (e portanto de toda a sociedade) à esfera dos Estados. Os interesses econômicos e políticos locais dão hoje a direção das políticas públicas para a Amazônia, por exemplo.

AO TRATAR DA POLÍTICA DE COMBATE AO RACISMO

Garantir em nível de governo a real implementação das políticas públicas, no plano federal, para a população negra.

Orientar os sindicatos, especialmente os participantes nos conselhos de saúde, que cobrem a implementação da decisão da 10ª Conferência Nacional de Saúde, sobre a leucopenia.

Assegurar conferências tripartites do Conselho de Saúde (governo, empresários e trabalhadores), em nível de estados e municípios, para discussão e implementação de assistência à saúde da população negra.

Democratizar as Agências de Formação Profissional (Senai, Senac, Sesi, Senar, Senat), por meio de conselhos tripartites, que tenham como objetivo formular a política de formação profissional, acompanhar sua implementação e fiscalizar a aplicação dos recursos, sem perder a perspectiva de substituição das mesmas, por Centros Públicos de Ensino Profissional, que levem em conta, inclusive, a abordagem da discriminação racial como fator diferenciador nas relações de trabalho.

Assegurar para a gestão das Agências de Formação Profissional a participação de educadores negros e negras.

Criar política de monitoramento permanente, por meio dos conselhos tripartites, dos currículos escolares, livros didáticos, manuais escolares, audiovisuais e programas educativos controlados pelo Estado.

Participar das comissões e conselhos tripartites que desenvolvam o tema racial.

Propor que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social garanta o debate sobre a saúde da população negra, bem como a conferência de saúde da população negra, no conselho tripartite.

Propor que a CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e a CUT pressionem o Ministério da Educação objetivando garantir o debate sobre educação e relações raciais.

Desenvolver políticas públicas em parceria com as administrações estaduais e municipais sobre formação profissional, com vistas ao aproveita mento dos trabalhadores negros e negras, considerando a baixa reinserção desses trabalhadores, mesmo sendo qualificados e requalificados no emprego e na ocupação.

AO TRATAR DA POLÍTICA DE GÊNERO

As reformas implementadas pelo governo FHC atacam diretamente os direitos conquistados das mulheres, como a tentativa insistente do fim da licença- -maternidade, estabilidade da mulher gestante, limite do salário-maternidadeao teto de benefício de 1.200 reais e fixação de idade mínima como mais um critério para aquisição da aposentadoria, como também se vê nas esferas municipal, estadual e federal a precarização dos serviços que deveriam garantir políticas públicas para a mulher.Nas políticas públicas de emprego e renda, é preciso criar estratégias para garantir o espaço da mulher no mercado de trabalho, na tentativa de romper com a discriminação sexista, evitando inclusive a discriminação da mulher na busca de crédito no Proger e outros.

AO TRATAR DA JUVENTUDE

Ao mesmo tempo, a CUT deverá continuar a desenvolver seus estudos de caso para, ao dar visibilidade à exploração do trabalho de crianças, criar as condições para seu combate na sociedade, o que implica envolvê-la na luta por políticas públicas que possibilitem à criança acesso, permanência e sucesso na escola. Lutar pela instituição de Programa de Renda Mínima vinculado à permanência das crianças na escola deve ser central para a CUT.

AO TRATAR DO MOVIMENTO SINDICAL E A CUT NA LUTA POR MORADIA

É preciso articular a atuação no Conselho Curador com as reivindicações dos movimentos ligados à temática urbana, coordenando a ação das entidades nacionais filiadas à CUT que tratam do tema, introduzindo essa discussão na pauta da Central, especialmente em função da capacidade de geração de empregos, e colocando nossa participação no CCFGTS a serviço do movimento popular.

A ação institucional da CUT no Conselho Curador do FGTS, bem como nos demais conselhos que tratam de fundos e temas de interesse da classe trabalhadora, deve prosseguir, ampliando seu leque de ação e procurando apoio nos setores do movimento popular envolvidos com a questão. Para isso é fundamental a constituição de coletivos temáticos, com a participação de representações sindicais e do movimento popular, para elaboração e apoio à nossa ação nos conselhos, que precisa ampliar a assessoria, evitando acréscimos de custos, que a Central não poderia bancar.

10ª Plenária (2002)

AO TRATAR DA EDUCAÇÃO

Especificamente quanto à Gestão Democrática, uma de nossas bandeiras mais caras, a LDB desconsidera a instituição do Fórum Nacional de Educação, instância que, nas diversas esferas, iria permitir a interface com a sociedade e dar organicidade ao sistema; reduz a competência do Conselho Nacional de Educação, tornando-o um órgão subordinado ao MEC; não garante Conselhos Estaduais e Municipais de Educação democráticos e, quanto aos Conselhos Escolares, transfere aos respectivos sistemas as regras para seu funcionamento.

AO TRATAR DO TEMA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Precisamos garantir que a previdência social continue pública e seja sustentável, assegurando benefícios para as gerações presentes e futuras. Um passo importante nessa direção será o retorno dos Conselhos Municipais e Estaduais de Previdência, além da democratização e dinamização do Conselho Nacional, onde já participamos. Teremos que formar companheiras e companheiros para essa participação, para que ocupemos nossos postos quando essa conquista chegar.

EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Diante dos ataques que o SUS Sistema Único de Saúde vem sofrendo pela implementação da política neoliberal de FHC, traduzida nos processos de privatização e terceirizações de serviços, flexibilização das relações de trabalho e levando- se em conta a necessidade de organizar, capacitar e nortear a ação e intervenção do campo cutista nos diversos espaços, propomos realizar Campanha de sensibilização dos dirigentes sindicais para a defesa do Sistema Único de Saúde e da importância de participação e atuação nos conselhos de saúde.

Discutir proposta de “regulamentação da saúde do trabalhador no SUS” e a Central deverá convocar no próximo período a 1ª Conferência Nacional de Saúde da CUT.

PROPOSTA PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Por isso a CUT intensificará a sua participação nos fóruns de defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como nos Conselhos de Direitos nos três níveis de atuação – municipais, estaduais e nacional.

PROPOSTAS MORADIA

A CUT tem assento no Conselho Curador do FGTS e deve aproveitar este fórum para lutar por políticas de: financiamento destinado às moradias de baixa renda; apoio e incentivo a projetos de construção sem intermediários (empreiteiras); incentivo e financiamento de projetos de cooperativas habitacionais; financiamento de projetos para acompanhamento de construção de moradias populares em regime de mutirão.

Com relação às políticas sobre moradia, a CUT deve organizar seminário ou encontro para discutir especificamente este tema e tirar uma linha de atuação, abrangendo os diversos aspectos da questão: denúncia da quase inexistente política habitacional dos governos, legalização de ocupações, incentivo e estudo de legislações municipais e estaduais que tratem e favoreçam o combate ao déficit habitacional urbano e o incentivo às cooperativas habitacionais – o que deveria fazer parte das políticas sindicais permanentes da CUT.

11ª Plenária (2005)

PLANO DE LUTAS

Incentivar os coletivos da juventude nacional/estadual a participarem dos conselhos estaduais/nacional de juventude, fomentando a criação de coletivos estaduais onde ainda não existem;

POLÍTICAS PERMANENTES

Implementar um Programa Nacional de Formação de Gestores de Políticas Públicas: ampliar e intensificar a formação de dirigentes e assessores(as) sindicais visando a apropriação, reflexão, aprimoramento de propostas e ações para a democratização do Estado e instituição de mecanismos de controle social.

Preparar intervenção da CUT no Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT).

Conforme deliberação da 10ª Plenária, com a meta de participação institucional, formação e sensibilização, a CUT atuou na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI, que elaborou o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e no Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente – CONANDA. Participou de todas as reuniões e cursos promovidos pela Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil – CETI da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, bem como das reuniões do Mercosul que tratou do tema.

Fortalecer o papel dos trabalha trabalhadores na Reforma Urbana. A CUT Nacional está presente no Conselho Nacional das Cidades criado, na 1ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em 2002. Neste Conselho, os trabalhadores se articulam aos movimentos sociais e população na luta pelo direito à cidade – acesso à terra, à moradia, ao saneamento e ao transporte público. Reforçar este compromisso com a Reforma Urbana é uma condição essencial para calar as vozes contrárias a presença dos trabalhadores neste Conselho. No âmbito estadual, mobilizar os trabalhadores e as CUTs estaduais para a Reforma Urbana – esta mobilização deverá estimular a participação dos trabalhadores nas conferências municipais, regionais e estaduais para se aprovar a instalação dos conselhos estaduais das cidades, como fórum permanente necessário à luta pelo direito à cidade por toda população.

12ª Plenária (2008)

PAC E MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A CUT defende um modelo de desenvolvimento sustentável que articule as políticas de crescimento econômico com valorização do trabalho, que promova a distribuição de renda e justiça social, geração de emprego e democratização das relações de trabalho.

ENERGIA

É preciso alterar as relações de trabalho, com a extinção do trabalho escravo e infantil, mais e crescente democratização, com a adoção dos princípios do trabalho decente, tal como preconizado pela OIT – Organização Internacional do Trabalho

PETRÓLEO

A atual política de licitações de blocos de petróleo e gás natural compromete a soberania nacional e o controle social sobre a utilização destes recursos tão estratégicos e determinantes para a sociedade brasileira.

SISTEMA S

Diante da ofensiva do setor patronal na mídia na defesa do Sistema S enquanto organização exclusivamente patronal cabe à CUT contra-atacar com uma ampla e agressiva campanha pela democratização do Sistema S, tendo por mote palavras de ordem como democratização, transparência e participação. São entidades que têm natureza pública, mantidas com recursos cobrados compulsoriamente sobre a folha de pagamento, portanto de natureza tributária. O Sistema S teve uma arrecadação anual, de recursos públicos, em 2007, da ordem de 12 milhões de reais, segundo o DIEESE, e ainda cobra mensalidades dos trabalhadores e trabalhadoras; geralmente, desempregados que procuram seus serviços. É preciso, portanto, romper com o atual formato de gestão, que é extremamente corporativo e de natureza privada.

CONSOLIDAR A DEMOCRACIA E AMPLIAR AS MOBILIZAÇÕES

A democratização da sociedade é um elemento estratégico para a disputa de hegemonia e fortalecimento do projeto sindical cutista. A livre mobilização e participação popular são elementos centrais deste processo.

Potencializar a luta pela institucionalização de mecanismos e instrumentos de participação dos trabalhadores e trabalhadoras, a exemplo dos conselhos, visando à ampliação do controle social e à consolidação de políticas de Estado, e não de governos.

DISPUTAR A HEGEMONIA NA SOCIEDADE

Os temas da agenda estratégica da CUT assumem relevância fundamental, seja pela capacidade de mobilização social, seja pelo impacto provocado na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Enfatizamos como bandeiras centrais a liberdade de organização sindical, com a ratificação da Convenção 87 (OIT), a continuidade da luta pela alteração da estrutura sindical, com prioridade à luta pelo fim do Imposto Sindical e implantação da Contribuição Negocial; a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, acompanhada pela limitação das horas extras e controle dos ritmos de trabalho; a ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT; a formalização dos empregos, a ampliação dos direitos e a seguridade social pública e universal. **Também é preciso destacar a institucionalização de mecanismos e instrumentos de participação dos trabalhadores e trabalhadoras a exemplo dos Conselhos, visando a ampliação do controle social e a consolidação de políticas de Estado (e não de governos).**

SOBRE PROJETO DE CRIAÇÃO DE FUNDAÇÃO ESTATAL

Em 1988 os trabalhadores e outros movimentos sociais conseguiram elevar a educação, a saúde, a assistência social e a cultura como direitos previstos na Constituição Federal.

Ao longo destes dezoito anos, o Sistema Único de Saúde (SUS), modelo constituído na saúde do Brasil, tornou-se referência na prestação de serviços públicos, apesar da falta de verbas, da falta de vontade política e de outros obstáculos. Este modelo foi estruturado como um sistema único, hierarquizado, descentralizado e com base nos princípios da integralidade, equidade, universalidade e controle social. Nele, a própria saúde privada é vista como complementar e não concorrente com a saúde pública.

SOBRE O SUS

A CUT deve lutar para que os gestores federal, estadual e municipal respeitem o controle social e a Emenda Constitucional Nº 29, colocando recursos mínimos na Saúde.

SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL

No marco dos 20 anos do SUS, surgido na promulgação da Constituição de 1988, é preciso que a CUT reafirme os princípios do Sistema Único de Saúde – a universalidade, a integralidade, a eqüidade e o controle social, e que recupere o papel decisivo que historicamente ocupou nas conferências de saúde, inclusive as temáticas, como a saúde do trabalhador e gestão do trabalho e educação em saúde, para, a partir destas premissas, avançar na construção de um sistema de seguridade integrada, envolvendo as áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Estimular o controle social do SUS, por parte da população, através de conferências e dos conselhos, nas três instâncias de gestão.

EIXO ESTRATÉGICO DE ATUAÇÃO PARA A CUT NACIONAL E SUAS ENTIDADES

A CUT, através da Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho, deve propor uma política para o desenvolvimento das cidades visando à reforma urbana e ao desenvolvimento regional (urbano e rural) como eixos de desenvolvimento do País.

Construída por suas entidades filiadas que integram o Conselho Nacional das Cidades, esta política deve buscar respostas às necessidades de infra-estrutura social e econômica que façam face às demandas provocadas pelo processo de urbanização brasileiro que se caracteriza pelo aumento das demandas de moradia, acesso à terra urbana, às infra-estruturas de saneamento, de transporte público e mobilidade para a grande maioria da população urbana brasileira, condição que atinge na atualidade o percentual de 82% da população brasileira.

Neste campo a CUT deve propor duas tarefas principais: articular as propostas de reforma urbana das suas entidades cutistas que integram o Conselho Nacional das Cidades e orientar as suas instâncias regionais para garantir a cooperação entre os sindicatos.

SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A CUT DEVE

Atuar nos conselhos de políticas públicas, especialmente no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A participação das organizações da sociedade civil é de fundamental importância na construção da economia solidária no Brasil, apontamos que torna-se importantíssimo o engajamento efetivo da CUT nas lutas pela criação dos Fóruns e Conselhos Estaduais e Municipais de Economia Solidária, como também nas lutas para criação pelo Poder

Público, dos Centros Públicos de Economia Solidária, bem como leve seus conselheiros representantes nos Conselhos Estaduais e Municipais de Trabalho a defenderem programas que atendam às demandas dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, em geral excluídos do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

COMUNICAÇÃO

Lutar pela recomposição do Conselho Nacional de Comunicação Social, exigindo a participação da representação dos trabalhadores e trabalhadoras pela CUT.

13ª Plenária (2011)

A estratégia da CUT, que consta dos “Objetivos fundamentais”, no Artigo 2º do Estatuto, é o “compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e o socialismo”. Assim, dentre seus compromissos, está o de “lutar pela emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista”.

Esta estratégia é que deve orientar a formulação de objetivos imediatos, propostas e reivindicações que a reforcem, partindo sempre do princípio da independência de classe; isto é, que na luta irreconciliável entre o capital e o trabalho, a CUT defende os trabalhadores e trabalhadoras contra toda forma de opressão e exploração.

Com isso, definimos dois eixos de atuação para o período 2009 – 2012: o primeiro, o enfrentamento da crise, organizando a transição para um modelo de desenvolvimento, com dois focos centrais: o combate mais imediato da crise e a construção de um modelo de desenvolvimento que tenha como elemento decisivo a participação popular nas decisões políticas, com sustentabilidade econômica, social e ambiental, distribuição de renda e a valorização do trabalho. O segundo eixo é a atualização e o fortalecimento do projeto sindical CUTista, com ampliação da base de representação da CUT para disputa de hegemonia.

No sentido de Disputar os rumos do país, na sociedade e no movimento sindical a ação da CUT deverá orientar-se para:

• O interior do próprio movimento sindical, avançando na implantação de uma estratégia organizativa que fortaleça a sua identidade com base nos princípios da liberdade e autonomia sindicais;

• O espaço da sociedade – construindo uma opinião pública democrática (mídia e alianças sociais);

• Os espaços institucionais – nos diversos conselhos, fóruns, Comissões, GTs etc., no âmbito nacional, estadual e municipal, além das conferências de políticas públicas e nos fóruns internacionais;

• Nos locais de trabalho, tendo em vista fazer avançar a compreensão dos/as trabalhadores/as sobre o local de trabalho como espaço de sociabilidade, logo espaço de disputa por direitos sobre condições e qualidade do trabalho, bem como pelo controle dos processos produtivos.

RESOLUÇÕES DOS CONGRESSOS DA CUT - CONCUTs

A síntese a seguir, considera a partir de 1991 quando fortaleceu-se no interior do sindicalismo CUT a concepção de uma ação sindical que extrapola os limites do espaço da produção e avança rumo ao exercício do sindicalismo cidadão.

4º CONCUT (1991)

AO TRATAR DA ATUAÇÃO FRENTE À CONJUNTURA NACIONAL (GOVERNO COLLOR)

Organizar ampla mobilização de massa contra a recessão, envolvendo todos os setores da classe trabalhadora. Para isso a CUT deverá ampliar o "Fórum Anti-Recessão", criado por sua própria iniciativa, visando sensibilizar entidades civis, movimentos sociais e partidos políticos e promover maior unidade de ação com as várias organizações sindicais. Por outro lado, a CUT deve elaborar propostas referentes às reformas nas áreas de política industrial, social e em todas aquelas que afetarem os níveis de emprego, salário, renda e vida do trabalhador. Deve ainda reivindicar sua participação nos conselhos e fóruns de decisão públicos e o direito de acesso à informação. As secretarias nacionais da CUT devem sistematizar tais temas, criando grupos de trabalho e realizando encontros ou seminários que possibilitem a definição de propostas e ações específicas. Como, por exemplo, nas áreas de política habitacional e de reforma urbana, educacional, de saúde, de previdência e outras.

AO TRATAR DA EDUCAÇÃO - CONCEPÇÃO DA ESCOLA QUE QUEREMOS

Uma escola democrática, onde os conselhos de escola, democraticamente eleitos, com poder deliberativo, tenham como tarefa central a elaboração dos planos de educação, com a participação dos trabalhadores.

Uma escola descentralizada, crí-tica, criativa, autônoma, cabendo ao Estado a execução desses planos, através da aplicação de recursos fi-nanceiros suficientes e controlados pela comunidade escolar. Essa des-centralização deverá ser articulada com as linhas gerais de um plano de educação mais amplo, nacional, para evitar a regionalização.

Uma escola de tempo integral, que tenha no trabalho seu princípio educa-tivo e que possa superar as dicotomias entre o trabalho manual e intelectual, a teoria e a prática, a formação geral e a formação profissional.

MERCOSUL - A ATUAÇÃO DA CUT FRENTE AO MERCOSUL

Propor aos companheiros das centrais sindicais dos outros países envolvidos apresentação de uma reivindicação conjunta aos quatro governos de representação sindical no Conselho do Mercado do Cone Sul (assim como também deve haver a representação parlamentar e empresarial).

5º CONCUT (1994)

AO TRATAR DA CUT NO PERÍODO 1983-1993

Nessa caminhada da luta sindical, a CUT tem ampliado sua presença na sociedade e certamente assumirá, por direito próprio, a possibilidade de interferir nos rumos do país. Isso se traduz em avanços na ocupação de espaços institucionais como, por exemplo, nos diversos conselhos de controle sobre os fundos e as políticas públicas hoje existentes.

CONTROLE SOCIAL, AO TRATAR DA ESTRATÉGIA

Para a CUT, um dos elos de ligação entre o horizonte socialista e nossa ação imediata são as reformas estruturais (econômicas, sociais e políticas) que a Central propõe. Essas reformas buscam resgatar o direito à cidadania plena das maiorias e assentar as bases para a nova sociedade: a conquista da soberania nacional; a reforma agrária; a democratização do mundo do trabalho; a ampliação da democracia política; o controle social sobre a economia; a universalização do direito à educação, à seguridade social, à moradia, ao emprego; o fim da oligopolização dos meios de comunicação etc.

AO TRATAR DA CUT NA LUTA PELO EMPREGO

Reforma agrária, que deve começar pelo imediato assentamento de 100 mil famílias (proposta aprovada no Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea), acompanhada de uma política agrícola orientada a financiar os pequenos e médios produtores.

AO TRATAR DA PLATAFORMA DA CUT – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA COM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Para isso é preciso elevar os níveis de produtividade, mas com base nos investimentos, principalmente públicos, em educação, em conhecimento técnico, em saúde, em tecnologia e em pesquisa; modernizar e expandir a infra-estrutura econômica e social (transportes, energia, telecomunicações, habitação e saneamento); e, principalmente, estabelecer formas democráticas e ampliadas de formulação e gestão de todas as políticas que atuam sobre o desenvolvimento industrial – a exemplo do que hoje está pautado nas experiências das câmaras setoriais, do Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), do Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade (CTCOM), do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e do Conselho Nacional de Informática (Corin).

AO TRATAR DA DEMOCRATIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA FINANCEIRO

Para a CUT, o sistema financeiro nacional deve ser um instrumento de promoção de desenvolvimento do país, servindo aos interesses da coletividade. Sua principal função é bancar o crédito industrial, comercial, habitacional e agrícola, estimulando o investimento e a geração de empregos. Três são as diretrizes que devem nortear a proposta da CUT:

Aumentar o controle da sociedade sobre as instituições de regulação ou comerciais públicas ou privadas, que devem compor o sistema financeiro. Modernizar as relações do Estado e seus órgãos com o sistema financeiro, garantindo sua transparência e impedindo o favorecimento, por ação ou omissão, de instituições privadas. Fortalecer as instituições financeiras públicas, essenciais na consolidação de um novo padrão de financiamento para a economia brasileira e insubstituíveis na tarefa de facilitar o acesso ao crédito e viabilizar as operações financeiras de interesse setorial, regional ou social.

AO TRATAR DA POLÍTICA DE MORADIA POPULAR – CONTROLE SOCIAL

Uma política de habitação popular, que busque resolver o déficit de mais de 12 milhões de unidades habitacionais, deve ser acompanhada de um reordenamento do espaço urbano desde a ótica da função social da propriedade.

Para financiar tal política, a CUT propõe, junto com outros movimentos sociais de moradia, a constituição de um Conselho Nacional de habitação e de um Fundo Nacional de Moradia, a partir de recursos orçamentários, do sistema de poupança e outros, com prioridade para a população de mais baixa renda.

E para viabilizá-la plenamente a CUT propõe uma lei federal de desenvolvimento urbano, que regulamente o capítulo de política urbana da Constituição federal, criando estruturas e instrumentos que permitam que o Estado e a sociedade civil definam os programas de aplicação, as prioridades no âmbito municipal e estadual, participando também do controle e da fiscalização da utilização dos recursos.

Estas são as medidas no campo legislativo que devem complementar os importantes passos que o movimento popular vem dando na conquista da reforma urbana e do controle social sobre o Estado.

É fundamental, ainda, ampliar o apoio aos trabalhos que a Central vem desenvolvendo com sua participação em conselhos sociais, sobretudo os ligados ao tema, como o Conselho Curador do FGTS e o Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

São exemplos de mecanismos e instrumentos de participação e controle social na elaboração, gestão e aplicação das políticas urbanas que precisam ser fortalecidos e apoiados.

AO TRATAR DA AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA POLÍTICA

Por tudo isso, a CUT levanta a bandeira da ampliação da democracia política através de iniciativas como:

Aperfeiçoamento e difusão dos mecanismos de expressão direta da saberania popular na definição dos rumos do país, tais como plebiscitos, referendum e projetos de lei de iniciativa popular. Extensão das formas de controle social sobre os fundos públicos, serviços públicos, orçamentos públicos (via mecanismos de orçamento participativo) e políticas de interesse social, através de conselhos onde tenham assento com voz e voto as organizações dos trabalhadores, junto a outras da sociedade civil. Democratização do acesso aos meios de comunicação de massa. Modernização e controle democrático do judiciário.

AO TRATAR DO MEIO AMBIENTE

Reivindicar a participação da CUT nos conselhos de meio ambiente em todos os níveis do poder público.

AO TRATAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

O controle social sobre o SUS deve ser absoluto. Os conselhos de saúde nacional, estaduais e municipais têm sido um embrião desse controle. Devemos reforçar e qualificar nossa participação nos conselhos, avançando para um verdadeiro controle dos trabalhadores sobre o SUS, numa aliança do movimento sindical, popular e demais usuários.

AO TRATAR DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

No momento, devemos reforçar nossa participação nos conselhos de Previdência, buscando, além de fiscalizar o funcionamento da máquina, atuar em aliança com outras entidades do nosso campo, na defesa dos interesses dos trabalhadores, garantindo as conquistas da Constituição de 1988 relativas à Previdência Social.

AO TRATAR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Queremos a imediata implantação dos conselhos de Assistência Social nos moldes dos conselhos da Saúde, com participação prioritária dos trabalhadores, idosos, crianças, adolescentes e portadores de deficiência, representados através de suas entidades, que permitam fiscalizar o funcionamento e deliberar prioridades para a política do setor.

AO TRATAR DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Atuar nos espaços políticos de formulação, deliberação e controle das políticas públicas, como os conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (nacional, estaduais, municipais) que vêm sendo constituídos de forma democrática (eleições diretas, assembléias) e nos espaços de articulação da sociedade civil, como os fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (nacional, estaduais, municipais).

Criação e fortalecimento das comissões dos direitos da criança e do adolescente da CUT nos níveis nacional, estadual, regional e de sindicatos filiados.

AO TRATAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Propostas de organização e de atividades Lutar pela aprovação e sanção de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reforçando as ações do Fórum Nacional em Defesa de Escola Pública e fortalecendo a visão de uma formação profissional como parte de um sistema regular de ensino e de políticas públicas que promova o acesso ao mundo do trabalho, fruto da discussão e participação da sociedade civil organizada, de entidades representativas da educação, dos sindicatos e da própria CUT.

Nesse sentido, a política de formação profissional deve estar submetida concomitantemente ao Conselho Nacional de Educação e ao Conselho Nacional do Trabalho.

Defender a formulação pública das políticas de formação profissional com amplo espaço para a participação dos trabalhadores na definição dos rumos dessa formação e, em especial durante a fase de formação profissional, orientar os treinadores no tocante à legislação sobre segurança e medicina no trabalho. Portanto, a CUT deve reivindicar a sua participação, nos termos da resolução da OIT que prevê a gestão tripartite (trabalhadores, empresários e Estado), na gestão de fundos públicos e nas agências e programas de formação profissional de alcance municipal, estadual, nacional e internacional.

Reivindicar que todos os recursos compulsórios ou na forma de incentivos destinados à formação e/ou requalificação profissional sejam considerados e administrados como fundos públicos, com a participação dos trabalhadores.

Constituição de conselhos tripartites (trabalhadores, governo e empresários) para a gestão de agências de formação profissional (Senai, Senac, Sesi, Senar), ou de outras iniciativas complementares ao ensino regular de âmbito municipal, estadual, nacional e regional, visando rigoroso controle fiscal e formalização de processos sistemáticos de avaliação dos serviços prestados.

6º CONCUT (1997)

AO TRATAR DA ESTRATÉGIA, NO ITEM "MOBILIZAÇÃO, CIDADANIA E NEGOCIAÇÃO"

Na relação com o governo, é fundamental exigir abertura, transparência e participação popular. Nas relações de trabalho, a cidadania exige a implantação de pressupostos consolidados internacionalmente, em documentos da ONU, como a declaração dos Direitos humanos e diversas resoluções saídas das conferências sociais desta década, além das convenções basilares da OIT, como as de no 87, 98 e 151, entre outras. Essa é a base da luta por relações democráticas de trabalho, desenvolvida pela central nos últimos 14 anos, exigindo a implantação da organização dos trabalhadores no local de trabalho e um contrato coletivo nacionalmente articulado.

É com essas preocupações que combinamos, desde a fundação da Central, a mobilização dos trabalhadores com a ocupação de espaços institucionais (Codefat, o Conselho Curador do FGTS, o Conselho de Seguridade Social e o Conselho Nacional do Trabalho), de negociação ampla com o governo e o patronato, disputando, em contraposição às organizações e propostas patronais, influência junto à sociedade.

Inicialmente, lutando pela definição do princípio da representatividade como requisito básico de representação, ao lado da abertura para negociação na definição de todas as políticas que sejam do interesse da classe trabalhadora.

O princípio democrático da participação popular, aliado à representatividade real, deve estar vinculado à mobilização e ao reconhecimento efetivo dos conflitos.

A CUT surgiu da luta contra a ditadura e a exploração, atua a partir das decisões democráticas de sua base, representando seus interesses, explicitando os conflitos, mobilizando com a radicalização necessária e procurando conciliar os interesses dos trabalhadores com os da maioria da população.

AO TRATAR DE PROPOSTA PARA UM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL AÇÕES NO ÂMBITO SINDICAL

Planos de desenvolvimento local: Participar ativamente na elaboração de Projetos Desenvolvimento Sustentável Local e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (ou de Saúde, ou de Agricultura), estabelecer parcerias com o poder público ou a sociedade civil no sentido de organizar as especificidades regionais buscando a melhoria do nível de vida e a recuperação do poder aquisitivo das populações rurais e urbanas devem ser uma preocupação constante de nossos sindicatos e uma nova forma de construir alternativas locais.

Debater o orçamento dos Estados e dos municípios, e buscar uma atuação conjunta com a sociedade civil local para influenciar na sua elaboração.

SAÚDE DO TRABALHADOR E MEIO AMBIENTE

Lutar pela existência na rede pública do atendimento dirigido aos trabalhadores, através de Centros de Referência e Programas de Saúde do Trabalhador, fortalecendo assim, o Sistema Único de Saúde. Intensificar a participação da CUT nos Conselhos de Saúde em todos os níveis, integrando esta ação junto às Secretarias de Politícas Sociais.

EDUCAÇÃO

Participação dos trabalhadores no controle social da educação e nos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação.

POLÍTICA DE HABITAÇÃO

No Conselho Curador do FGTS, a presença da CUT desde 1990 representa um importante espaço na luta institucional, atuando de forma unitária com toda a bancada dos trabalhadores, articulando com as demais entidades da sociedade civil, negociando e defendendo as propostas que interessam aos trabalhadores e à maioria da população.

É preciso articular a atuação no Conselho com os movimentos ligados à temática urbana, coordenando a ação das entidades nacionais filiadas que tratam do tema, trazendo essa discussão para a Central e colocando nossa participação no CCFGTS a serviço do movimento popular.A importância da questão dos assentamentos humanos, que inclui as moradias urbanas e rurais, além dos assentamentos agrícolas, está a exigir uma maior discussão entre os sindicatos e uma efetiva articulação do movimento sindical com o movimento popular, passando pelos setores técnicos e acadêmicos que tratam dessa questão e têm expressão social.

A ação institucional da CUT junto ao Conselho Curador do FGTS, bem como junto aos demais conselhos que tratam de fundos e temas de interesse da classe trabalhadora, deve prosseguir, ampliando seu leque de ação e procurando apoio junto aos setores do movimento popular que estão envolvidos com essa questão. Para isso é fundamental a constituição de coletivos temáticos, com a participação de representações sindicais e do movimento popular, para elaboração e apoio à nossa ação nos conselhos, que precisam ampliar a assessoria, evitando acréscimos de custos, que a Central não poderia bancar.

No mesmo sentido, precisamos desenvolver mecanismos de articulação com as instituições acadêmicas, no sentido de ampliar o debate e a repercussão de nossa ação institucional. Ao mesmo tempo é preciso divulgar essas questões junto aos sindicatos, introduzindo-as em nossos programas de formação e incentivando a participação comunitária de nossos sindicatos, através de novos espaços de participação, como cooperativas habitacionais e outros espaços de participação popular – como a discussão do orçamento – em construção a partir das prefeituras e administrações populares, que devemos lutar para ampliar, como forma efetiva de prática da democracia.

7º CONCUT (2000)

EM DEFESA DOS DIREITOS E LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL

Desenvolver ações sindicais voltadas à sensibilização e à capacitação de dirigentes sindicais, objetivando a construção de um sindicalismo cidadão. A intervenção do movimento sindical nos Conselhos Setoriais (saúde, criança e adolescente, assistência social, previdência, educação, combate à discriminação racial, entre outros) resultou em conquistas significativas. Com o movimento social incentivou-se a participação e interlocução dos dirigentes sindicais com as entidades que tratam dos temas de políticas sociais, nas organizações e fóruns desse segmento, tais como: coletivo/comissões de saúde, trabalho e meio ambiente; aposentados e pensionistas; juventude; direitos da criança e do adolescente; contra a discriminação racial.

EM ORGANIZAÇÃO SINDICAL E ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA CUT – ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO SETOR PÚBLICO

A Campanha atuará com o Fórum Nacional de Luta, Conselho de Políticas Públicas, OIT, Congresso Nacional, entre outros, com o objetivo de ampliar a luta do funcionalismo e garantir ou preservar os interesses e necessidades dos servidores e dos serviços à população.

CONTROLE SOCIAL - EM POR UM SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO AVANÇAR NA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO

A primeira é o envolvimento direto de entidades sindicais na gestão de políticas de emprego, trabalho e renda, que por si só representa uma grande inovação, nesta década, para as relações do sindicato com a sua base social e com os desempregados, mas representa também a criação de mecanismos dirigidos a desenvolver maior controle social.

8º CONCUT (2003)

EM PAPEL DA CUT EM RELAÇÃO AO GOVERNO LULA E A LUTA PELA SUPERAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO NEOLIBERAL

A construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo implica a democratização da vida social e política, com o fortalecimento e a criação de espaços institucionais de participação da sociedade, a exemplo dos Conselhos de Políticas públicas e Fóruns. Esses espaços possibilitam a explicitação de conflitos e da disputa com as elites dos setores da indústria, do comércio, do sistema financeiro, da agricultura, enfim, elites que historicamente resistiram à busca de um amplo espaço de negociação, sobretudo pautado pela transparência.

Além disso, é essencial avançar para a criação de espaços políticos de participação popular e democracia direta, para além da representação institucional dos setores organizados, o que requer uma firme disposição de alterar os padrões atualmente vigentes para a comunicação de massas.

A CUT já possui acúmulo no debate e formulações voltadas para a democratização do Estado e das políticas públicas, como também experiências concretas de gestão de políticas e de participação ativa em diversos conselhos públicos – Emprego e Renda, Saúde, Saneamento, Educação, entre outros. Se por um lado democratizar o Estado significa interromper a lógica do financiamento da iniciativa privada, em detrimento dos cidadãos, do trabalho digno e do emprego, e conferir eficácia ao planejamento e à execução das diversas políticas e serviços públicos, por outro lado significa colocá-lo a serviço da república e da democracia em um compromisso radical com a defesa da coisa pública, da transparência, do efetivo acesso à informação.

É necessário também recolocar as políticas públicas no campo do direito, com a defesa e ampliação da cidadania dos trabalhadores, tomados individualmente e como classe, além de políticas afirmativas de gênero, raça, etnia, geração,orientação sexual entre outras. Em outras palavras, significa exigir que o Estado garanta a universalização das políticas públicas, entendidas como proteção social e, portanto, como direito de toda população brasileira. Isto implica por parte do governo a garantia da qualidade dos serviços prestados e a implementação de mecanismos e controle social das políticas públicas, bem como o impedimento a quaisquer formas de mercantilização e privatização de tais serviços.

Um Estado eficiente, ágil, que valoriza o funcionalismo público e cumpre seu papel regulador, gestor, executor e fiscalizador, efetivamente controlado pela sociedade e pelos cidadãos, é também a melhor estratégia contra o desperdício, a corrupção, a discriminação e a omissão. Um Estado democrático requer também o controle externo do poder judiciário com participação da sociedade civil organizada, em especial trabalhadores, centrais sindicais e sindicatos; a democratização do judiciário com a participação dos trabalhadores na escolha dos presidentes de Tribunais de justiça; e a implementação de Orçamento Participativo, que permita aos trabalhadores discutir o orçamento do judiciário, trazendo transparência ao poder.

O novo governo está propondo a criação de diferentes espaços de participação da sociedade na condução das políticas estatais – conselhos, fóruns, entre outros. Neste sentido, a CUT e os setores nela organizados devem impulsionar fortemente a ampliação da transparência no trato da coisa pública e dos controles sociais sobre as políticas e programas governamentais, colocando--se como um ator relevante e principal para representar os trabalhadores e trabalhadoras, visando a garantia e a ampliação de direitos.

A CUT deve intensificar suas ações na relação com o Estado, o governo e a sociedade civil, visando aprofundar a democracia no Brasil com a efetiva democratização do Estado e a participação da sociedade e dos trabalhadores na definição, na gestão e no controle social das políticas públicas. Uma democracia radical, socialista, e econômica e social. Uma importante tarefa para a CUT neste perío-

do deve ser a de resgatar, organizar e coordenar a formulação de propostas para políticas públicas, no marco da disputa de hegemonia e da defesa dos direitos dos trabalhadores – direitos individuais, coletivos (de classe) e de grupos (políticas afirmativas de gênero, raça, geração, orientação sexual, etc.).

EM PAPEL DO ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ATUAÇÃO DA CUT

Buscar a redefinição dos marcos de participação para uma democracia substantiva. Para tanto, devemos debater acerca de critérios de representação, composição, funcionamento, atribuições e papel dos conselhos de gestão das diferentes políticas públicas.Formular propostas concretas para de financiamento público em geral, e do uso de fundos públicos em particular, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Formular, propor e fortalecer instrumentos de controle social, tanto organizados pelo Estado para a sociedade quanto organizados e mantidos autonomamente pela Central, sobretudo no que diz respeito à elaboração e à execução de metas e prioridades do orçamento público.

Fomentar o debate e as formulações sobre a função pública de empresas estatais, aprofundando a problematização da privatização do Estado implementada durante a era FHC.

Na relação da CUT com o Legislativo federal, estadual e municipal, devemos formular emendas constitucionais em conjunto com parlamentares, deputados e senadores comprometidos com a classe trabalhadora, para efetivar o papel do Estado e das políticas públicas que defendemos, como também intervir na construção das leis orgânicas dos municípios.

EM DESENVOLVIMENTO, EMPREGO E RENDA

A implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, sustentável nos aspectos econômicos, ambientais e sociais, só poderá ter êxito se acompanhada, também, da democratização do Estado, com controle social, e das relações sociais. Esse novo modelo deve também basear-se na solidariedade como um valor essencial e como estratégia de construção. A solidariedade social e econômica entre povos, entre gerações, entre categorias, entre grupos sociais e entre as pessoas é uma característica da humanidade que devemos resgatar e reconstruir.

Devemos, portanto:

- Propor, incentivar e reivindicar políticas públicas de crédito, capacitação, assistência técnica, desenvolvimento tecnológico, promoção de mercados e políticas desenvolvimento local, essenciais para criar condições mais adequadas para uma inserção eqüitativa dos empreendimentos solidários no mercado.

- Incentivar as formas autônomas de organização dos trabalhadores, reivindicando a definição conjunta com o Ministério do Trabalho e o Ministério Público de critérios claros e objetivos para a fiscalização das cooperativas.

- Reivindicar mecanismos eficazes de controle, fiscalização e coibição às cooperativas e fundações criadas por empresas cuja única finalidade é reduzir os custos do trabalho, reduzindo os direitos dos trabalhadores e precarizando as relações de trabalho.

- Propor e reivindicar alterações na Lei de Falências e na legislação e regulamentação do sistema financeiro, visando o fortalecimento e a livre organização dos trabalhadores em empreendimentos coletivos.

- Aprofundar a formulação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, propiciando um processo da transformação alicerçado e focado principalmente na economia familiar.

EM OUTROS TEMAS E POLÍTICAS PERMANENTES - DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT NO PERÍODO DE 2003 A 2006

Dar continuidade ao desenvolvimento de projetos nas áreas de Educação Integral dos Trabalhadores, Formação de Gestores de Políticas Públicas (Conselhos e Fóruns), Formação de Formadores e de Formação de Trabalhadores para a autogestão, com vistas a avançar no processo de formulação conceitual e metodológica, articulados à estratégia de intervenção da CUT no âmbito das políticas públicas e da busca de um outro padrão de desenvolvimento econômico e social.

EM A CUT E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DO TAMANHO DO BRASIL

A CUT resolve:

(...) Orientar as entidades filiadas a realizar debates com os trabalhadores, sindicalizados ou não, sobre a importância de sua participação, como pais ou responsáveis por crianças e jovens, na construção democrática dos conselhos escolares, transformando os conselhos em espaços para definição de propostas pedagógicas que atendam aos interesses amplos dos trabalhadores.

EM ENERGIA

A CUT deve aprofundar o debate sobre a concepção de energia como um serviço público essencial, encampando as seguintes lutas. Investimento na constituição de conselhos municipais de serviços públicos de energia, visando maior controle social.

Democratização dos meios de comunicação social

(...) Capacitar os dirigentes sindicais para intervir junto ao Conselho Social de Comunicação, no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e seus respectivos comitês estaduais, visando a implantação de sistemas públicos de emissoras de rádio e televisão com controle público.

9º CONCUT (2006)

FORTALECER A DEMOCRACIA E VALORIZAR O TRABALHO DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS

Uma agenda dos trabalhadores para alterar o perfil das políticas públicas em nosso país – além de sua necessária democratização – deve ser baseada na busca de uma política de valorização permanente do salário mínimo; na redução da jornada de trabalho sem redução de salários; na recomposição do orçamento público destinado aos investimentos sociais, com a necessária diminuição do superávit, atendendo aos anseios emergenciais da população.

Fortalecer a democracia significa, sobretudo, garantir que o Estado e as políticas públicas estejam a serviço do bem comum da população. Reafirmamos as resoluções já aprovadas no 8º CONCUT sobre Papel do Estado, Políticas Públicas e atuação da CUT.

Assim, em linhas gerais, nossa atuação deve se pautar pela:

Participação na definição e acompanhamento dos orçamentos públicos em todas as esferas de governo, visando ampliar a distribuição de renda e universalização do acesso e permanência junto às políticas e ações públicas.

Intervenção organizada e qualificada em fóruns e espaços públicos, visando garantir o caráter público do Estado, a qualidade e aprimoramento das políticas e serviços prestados; a instituição de mecanismos de participação efetiva na gestão e desenvolvimento das políticas, incluindo a adoção de mecanismos concretos de controle social.

Dar concretude a estas decisões implica, necessariamente, em retomar e aprimorar processos e atividades de articulação e qualificação/capacitação dos conselheiros que representam a CUT nos diversos conselhos de gestão de Políticas Públicas, de modo a intensificar e garantir a ação cada vez mais articulada do conjunto das instâncias nestes espaços.

Também, impulsionar uma reforma política que traga mudanças no sistema eleitoral e partidário, para combater a corrupção. Mas seria insuficiente se não viesse acompanhada da implementação das consultas nacionais propostas por iniciativa popular. Ao lado disto, a implementação do Orçamento Participativo Nacional como política de governo, trará as decisões sobre as prioridades orçamentárias para as mãos da população brasileira.

A conquista da regulamentação do artigo 14 da Constituição Federal passa a ser estratégica para a CUT. Só os setores comprometidos com a democracia e a população podem mobilizar os trabalhadores(as) para garantir a participação direta de cada eleitor nas decisões de maior interesse do conjunto da classe trabalhadora, tanto na esfera federal quanto estadual e municipal.

EM DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE LUTAS

Reafirmamos as definições da 11ª Plenária Nacional da CUT no que se refere às estratégias apontadas para a Educação Integral dos Trabalhadores jovens e Adultos, a Negociação e Contratação Coletivas, especialmente da Qualificação e Certificação Profissionais e nossa intervenção junto às políticas públicas, em especial no Sistema Público de Emprego, Sistema S e Sistemas Públicos de Educação, Qualificação e Certificação Profissionais.

SAÚDE DO TRABALHADOR NO SUS E DEFESA DO SAT

A imensa maioria dos municípios tem pouca ou nenhuma atuação voltada à saúde do trabalhador, predominando a ausência da prática do planejamento local e de equipes de saúde para execução destas ações. O investimento em recursos humanos e materiais é muito baixo, sendo incipientes os mecanismos de participação e controle social, por exemplo, não existem CIST's (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador) na quase totalidade dos municípios. Por isso é necessário que a CUT fortaleça essas comissões onde elas já existam e contribua para a criação nas cidades onde não possuam mecanismos de controle social, como as Comissões Temáticas e Fórum Popular de Saúde nos municípios e no estado.

DEMOCRATIZAR A COMUNICAÇÃO

Que a CUT mobilize os trabalhadores e a sociedade civil na luta pelo controle social dos meios de comunicação de massa, para monitorar e dar visibilidade à estrutura e ao modo de atuação das redes de televisão e rádio, bem como à influência do capital estrangeiro sobre elas, formulando proposições que combatam a concentração e os conglomerados de mídia.

POR MAIS DEMOCRACIA E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL

Novo formato e papel para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, equilibrando a participação popular para torná-lo um real instrumento de aconselhamento da Presidência da República. Revisão do funcionamento dos diversos conselhos tripartites, transformando -os em espaços efetivos de formulação, deliberação, negociação e execução.

10º CONCUT (2009)

O 10º CONCUT ABORDA A QUESTÃO DO CONTROLE SOCIAL EM RELAÇÃO AO ESTADO E AO CAPITAL

Se a ampliação da intervenção do Estado for combinada com o controle social de suas atividades, os cidadãos e cidadãs ganharão mais poder de decisão sobre as próprias condições de vida. Ou seja, a classe trabalhadora só será politicamente hegemônica revolucionando a estrutura do Estado. Portanto, fortalecer o Estado e ampliar os espaços de participação social nas diversas instâncias decisórias é fundamental para que seja implementado um projeto legítimo de desenvolvimento para o país.

Isto depende de uma organização e de uma mobilização social crescente, e de uma disputa ideológica de fundo na sociedade. Devemos reforçar neste período a disputa por uma reforma política democrática que aprofunde os mecanismos de participação popular, como os plebiscitos, referendos, orçamento participativo, incentivar as leis de iniciativa popular, além do fortalecimento dos conselhos, assembleias e conferências.

O controle social é fundamental para redefinir o papel do sistema financeiro, de forma a ampliar e baratear o crédito, visando o desenvolvimento econômico e a geração de empregos.

A participação dos trabalhadores nos conselhos de administração dos bancos, a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal e a democratização e ampliação do Conselho Monetário Nacional – como também a participação nos espaços de decisão das empresas públicas através de eleição de representantes por parte dos trabalhadores, bem como a eleição paritária dos trabalhadores nos fundos de pensão das empresas – são medidas de combate à crise redefinição do papel do Estado. Neste sentido a CUT reforçará a discussão sobre o papel do Sistema Financeiro, com a realização de uma Conferência Nacional.

A CUT sintetiza sua concepção de "participação popular", democratização do Estado e controle social, na Resolução sobre Reforma Política, o que aponta para uma combinação da atuação da CUT nos Conselhos com a pressão junto aos 3 poderes.

REFORMA POLÍTICA: CONSTRUIR O PROTAGONISMO POPULAR NAS DECISÕES POLÍTICAS

A Reforma Política no Brasil é fundamental e imprescindível para a democracia brasileira, para o fortalecimento da participação popular e maior controle social sobre os partidos e o Estado.

Para que isso realmente ocorra, a Reforma deve tratar das questões centrais que ampliam os espaços de participação e garantem o seu pleno exercício. A política brasileira sempre esteve pautada quase exclusivamente pelos mandatos, seja do Executivo ou dos parlamentares, o que termina fragilizando o papel dos Partidos Políticos, da sociedade civil organizada e, consequentemente, da democracia. Neste processo, deve-se ter como prioridade a superação da falta de espaços democraticamente constituídos, que visem o protagonismo popular a partir da garantia da participação direta da sociedade.

A CUT defende um parlamento eleito sob regras mais democráticas, ao menoscom financiamento público – com recursos igualmente divididos entre homens e mulheres –, fidelidade partidária, fim do caráter revisor do Senado ecom o enfretamento da influência do poder econômico privado nas eleições.

Para ser de fato representativa, a política deve trazer para o seu seio setores da sociedade até então excluídos caso das mulheres, jovens, negros e segmentos minoritários.

Para o movimento social, a garantia de instrumentos que possibilitem a ampliação da participação das mulheres na política é determinante para o fortalecimento do Estado democrático trazendo reflexos positivos na construção de políticas específicas. Sendo maioria da população brasileira e também entre os que votam garantir-lhes o poder de representação com igualdade, é aferir uma real democracia direta e representativa.

Devemos considerar vários componentes, que impulsionem a participação popular. Um deles é a garantia de instrumentos para o exercício da vontade soberana da coletividade – os referendos e plebiscitos –, instrumentos até então desconsiderados para o exercício da democracia.

CONSOLIDAÇÃO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO

Disputar um modelo de desenvolvimento que tenha como elemento decisivo a participação popular nas decisões políticas; com sustentabilidade econômica, social e ambiental,distribuição de renda e a valorização do trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Um Estado Democrático, com caráter público, cuja gestão esteja sustentada na participação ativa da sociedade civil. Isto implica a compreensão de uma concepção de sociedade cuja cidadania se expresse através de instrumentos que coadunem aspectos da democracia direta e indireta, já que a construção de um novo marco ético-político na gestão do Estado em nosso país, passa necessariamente pela construção de um projeto que lhe confira um caráter democrático e popular.

11º CONCUT (2012)

A CUT defende uma verdadeira reforma política. O Brasil ainda convive com entulhos da época da ditadura, como uma estrutura eleitoral baseada no "pacote de abril" dos militares, uma "Lei de Anistia" que isentou os/as torturadores/as de qualquer punição, um parlamento que não tem uma representação proporcional que garanta o princípio elementar de "uma pessoa, um voto". Por outro lado, nada justifica, do ponto de vista da democracia, a existência de uma "câmara alta" como é o Senado, concebido como casa revisora das decisões da Câmara dos Deputados. A CUT constata que a relação de forças no atual Congresso Nacional bloqueou até mesmo a tímida reforma eleitoral que se discutia, o que coloca em pauta a questão da convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana que dê a palavra ao povo brasileiro, como instrumento que supere os obstáculos levantados pela classe dominante a qualquer transformação de fundo no nosso país.

A CUT, ao defender uma reforma política alternativa à democracia parlamentar e corporativa e, ao questionar a hegemonia da economia privada ou mista, defende uma nova relação entre transformação política e econômica. Em nossa plataforma para uma reforma política democrática, constam principalmente a conquista do financiamento público de campanha e o voto em lista fechada, com paridade na representação de

mulheres e a ampliação da participação popular nas decisões do país por meio de referendos e plebiscitos sobre questões fundamentais ou de largo alcance para a vida do povo brasileiro. As conferências nacionais temáticas precisam contribuir ainda mais para a produção das agendas das políticas públicas, de suas prioridades, de sua aplicação, alcançando inclusive poder decisório. Em particular, a definição do orçamento público da união - de suas fontes de receitas, de suas prioridades de gastos, de seus planos - deve ganhar uma dinâmica crescente de publicização, gerando uma cultura crescente de participação e deliberação nacional.

Por isso, devemos priorizar e ampliar a participação da CUT nos diversos espaços institucionais, como conselhos, fóruns, Comissões, Grupos de Trabalho (GTs), etc., nos âmbitos nacional, estadual e municipal, além da atuação CUTista nas conferências de políticas públicas e nos fóruns internacionais - tarefas que buscam ampliar o controle social sobre o Estado, com a institucionalização das Conferências Nacionais e ampliação da capacidade de formulação e deliberação dos diversos conselhos sobre as políticas de Estado.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A DISPUTA DE PROJETOS

Lutar por um modelo de desenvolvimento para o Brasil, com sustentabilidade, é conceber um projeto de nação. Afirmamos em nossa plataforma que é imprescindível a incorporação de estratégias regionais, tanto no campo, quanto na cidade, pois é no âmbito regional/local que os cidadãos e as cidadãs, trabalhadores e trabalhadoras moram e que as políticas públicas devem ser mais vigorosas e concretas. E com as dimensões do Brasil, é fundamental para um novo paradigma de desenvolvimento, que se pretende sustentável e includente socialmente, considerar o espaço local a partir da noção de territorialidade, como premissa para a conformação de um novo projeto de nação, que valorize a sua diversidade cultural e fortaleça as identidades política e social presentes em cada uma das regiões do país.

A CUT e seus sindicatos, particularmente as Estaduais da CUT, têm papel importante na disputa e consolidação dos espaços territoriais porque são espaços deliberativos de políticas públicas. Eles configuram uma reorientação na atuação do poder executivo no fomento à construção de agendas locais de desenvolvimento com forte intervenção da sociedade civil. Atualmente, o sindicalismo classista necessita dimensionar a questão local - os territórios - em suas proposições na disputa dos rumos do desenvolvimento. É importante que os movimentos populares, sobretudo o movimento sindical, se atentem para a importância desses espaços, tendo em vista a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Em alguns estados, a CUT através de suas Estaduais e sindicatos filiados já vem desenvolvendo experiências importantes de intervenção no processo de debates, elaboração e execução de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e nos Territórios de Cidadania. Tais experiências sistematizadas e melhor acompanhadas podem contribuir para maior articulação com o processo de construção e consolidação da Plataforma de Desenvolvimento e de disputar as concepções, prioridades e propostas da nossa Central.

Soma-se aí a luta pela terra, que deve ser aprofundada para um desenvolvimento sustentável. Reduzir a concentração fundiária, regularizar a propriedade da terra, ampliar a produção de alimentos e a renda da agricultura familiar são algumas das tarefas da CUT no próximo período, assim como a luta em torno da aprovação do Código Florestal, de acordo com nossa posição. A CUT lutará para que, na implantação e funcionamento dos grandes projetos, nenhum direito dos trabalhadores e das trabalhadoras seja violado.

Nesse contexto, situam-se também as políticas de energia e saneamento. É preciso aprofundar o debate sobre o modelo energético brasileiro - seus impactos na sustentabilidade ambiental e as alternativas, em especial, na Amazônia. Além do combate à privatização da água, é preciso também aprofundar o debate sobre o Saneamento Ambiental e sua relação com a melhoria da qualidade de vida da população, destacando o papel do FGTS e dos demais Fundos Públicos.

Apesar de o Brasil se encontrar em um momento econômico favorável, apresentando-se no cenário mundial enquanto um país em desenvolvimento, o campo continua num estado de acentuada desigualdade social. Nesse contexto, os desafios que se impõem passam por garantir qualidade de vida, segurança e soberania alimentar para homens e mulheres do campo e da cidade, o que exige maior organização dos/as trabalhadores/as e de seus representantes para dialogar e pressionar o governo para que este estabeleça a reforma agrária e a agricultura familiar como prioridades, inclusive com subsídios, para uma produção de alimentos que seja suficiente e de qualidade, a partir de uma matriz agroecológica, visando garantir a soberania alimentar da sociedade brasileira.

A CUT que tem em suas fileiras trabalhadores/as do campo e da cidade deve criar instrumentos de diálogo, interação econômica e política entre os/as trabalhadores/as urbanos e os povos do campo, das florestas e das águas visando articular o desenvolvimento rural sustentável e solidário com o projeto de desenvolvimento nacional, assegurando à classe trabalhadora brasileira a soberania e segurança alimentar, a eliminação das desigualdades e a conquista de direitos.

FICHA TÉCNICA

Coordenação e Organização de Textos
Secretaria Nacional de Formação

Edição e Revisão
Secretaria Nacional de Comunicação
Secretaria Nacional de Formação

Projeto Gráfico e Diagramação
M.Giora Comunicação

Impressão
Bangraf

Tiragem
2.000 mil

São Paulo, setembro de 2013.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Rua Caetano Pinto, 575, Brás

São Paulo-SP - CEP 03041-000

Tel.: (55 0XX 11) 2108.9200 / 9201

www.cut.org.br

facebook/CUTBrasil
twitter /cutnacional
youtube/secomcut
instagram.com/cutbrasil

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-89210-39-3
9 788589 210393

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Rua Caetano Pinto, nº 575
Brás • São Paulo/SP
CEP 03041-000
Fone: (0xx11) 2108-9200
Fax (0xx11) 2108-9310

www.cut.org.br

/CUTBrasil /cutnacional /secomcut /cutbrasil